

UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE DE
ECOSSISTEMAS COSTEIROS E MARINHOS
MESTRADO EM ECOLOGIA

LUIZ ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS

A INFLUÊNCIA DA EXPANSÃO PORTUARIA NA COMUNIDADE DA ILHA
DIANA, SANTOS/SP

SANTOS/SP

2015

LUIZ ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS

**A INFLUÊNCIA DA EXPANSÃO PORTUARIA NA COMUNIDADE DA ILHA
DIANA, SANTOS/SP**

Dissertação apresentada à Universidade Santa Cecília como exigência para obtenção do título de mestre no programa de Pós-Graduação (*stricto sensu*) em Sustentabilidade de Ecossistemas Costeiros e Marinhos da Universidade Santa Cecília, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Mariana Clauzet.

**SANTOS – SP
2015**

AGRADECIMENTOS

Agradeço

A Deus

Aos meus Familiares pelo apoio e incentivo, pela compreensão, paciência nessa etapa tão importante em minha vida.

A minha orientadora Dr.^a Mariana Clauzet, primeiramente por ter acreditado no meu trabalho e aceitado a participar de minha vida acadêmica, como orientadora pela amizade, incentivo e confiança.

A todos os professores e funcionários do curso de mestrado em Ecologia da Faculdade Santa Cecília.

A todos, o meu muito obrigado

Aqueles que passam por nós não vão sós.
Não nos deixam sós. Deixam um pouco de
si, levam um pouco de nós.

Antoine de Saint-Exupéry

Autorizo a reprodução parcial ou total deste trabalho, por qualquer que seja o processo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Santos, Luiz Antonio Ferreira dos.

Influência da expansão portuária na comunidade da Ilha Diana, Santos/SP / Luiz Antonio Ferreira dos Santos. - 2015. p.62

Orientador: Prof.^a Dr^a Mariana Clauzet

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Santa Cecília, Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade de Ecossistemas Costeiros e Marinhos, Santos, SP, 2015.

1.Santos. 2.Expansão Portuária. 3.Ecologia Humana. 4.Caiçaras. 5. Ilha Diana. I. Clauzet, Mariana, orient. II.Influencia da expansão Portuária na comunidade da Ilha Diana, Santos/SP.

RESUMO

O presente estudo partiu do cenário atual de expansão portuária e os impactos socioambientais relacionados da região de Santos/SP. Neste contexto, especificamente, foi analisada a interferência das obras de instalação portuária do Terminal Embraport no modo de vida da comunidade caiçara da Ilha Diana, situada nas proximidades do empreendimento. Historicamente, as comunidades caiçaras viviam da exploração dos recursos naturais do ambiente como, os peixes, as plantas, a caça, etc. Contudo, o ambiente do estuário de Santos veio sendo modificado pela expansão portuária e, por consequência, os moradores da Ilha Diana tiveram seu modo de vida alterado. Este estudo teve por objetivo geral investigar quais foram as mudanças na comunidade decorrentes da instalação do terminal portuário Embraport e, especificamente, investigar quais as ações feitas pelo empreendedor como contrapartida socioambiental na comunidade. O estudo foi realizado durante os anos de 2013 e 2014, através de: 1- pesquisa bibliográfica e documental sobre a construção do terminal e seus impactos negativos (EIA-RIMA); 2- Visitas na comunidade da Ilha Diana para observação e conversas informais entre os pesquisadores e moradores locais sobre os aspectos importantes do modo de vida na Ilha; 3- Foram realizados dois encontros previamente agendados, com as lideranças locais para discutir a problemática da Embraport; 4- Foi realizada uma entrevista com a responsável pelo departamento de marketing da EMBRAPORT na sede da empresa, sobre o programa de educação ambiental e turismo de base comunitária na Ilha e 5- Acompanhamento de uma das etapas do curso de capacitação coordenado pela EMBRAPORT para monitores ambientais entre moradores da Ilha, que fez parte de um incipiente projeto de turismo de base comunitária nomeado de “vida caiçara”. Os resultados mostraram que, de maneira geral, o empreendimento do novo terminal portuário gerou impactos ambientais e sociais negativos à comunidade da Ilha Diana e que, apesar disto ter sido destacado no EIA-RIMA, o potencial benefício econômico gerado pela operação do terminal à cidade de Santos, foi predominante para a aprovação e instalação do mesmo. Na documentação analisada nesta pesquisa (termos de ajuste de conduta, atas de reuniões realizadas na associação local, cartas endereçadas ao poder público, etc.), mostram-se diversos acordos estabelecidos neste processo, que versaram sobre: cursos de capacitação para o trabalho dos moradores da Ilha Diana no terminal, reurbanização da comunidade com instalação de infraestrutura como energia elétrica e saneamento básico, desenvolvimento de novas atividades econômicas que gerassem renda à comunidade, entre outros. Contudo, concluiu-se que não foram efetivamente cumpridas as ações de compensação socioambiental e que a comunidade da Ilha Diana ainda hoje, não tem respaldo do empreendedor para sua sobrevivência. Neste contexto, destacamos a importância da existência de um incipiente projeto socioambiental de turismo de base comunitária que se inicia na Ilha Diana, nomeado de “Vida Caiçara: Educação Ambiental e Turismo Comunitário” na Ilha Diana. Sugere-se que seja dada continuidade, com aprimoramento e monitoramento do mesmo, já que, nesta pesquisa, este foi identificado como uma alternativa socioeconômica viável, que vem sendo incentivada pelo empreendedor e apresenta relativa adesão da comunidade local.

Palavras-Chave: Santos, Expansão Portuária, Ecologia Humana, Ilha Diana.

ABSTRACT

This study begins from socio environmental impacts related to the current port expansion in Santos / SP. In a such context, it was analyzed the interference of the Embraport Port Terminal installation on the way of life of the *caiçara* community of Diana Island that lives in the vicinity of this project. Historically, *caiçara* communities have lived from the exploration of natural resources such as fishing, hunting and foraging. However, the estuary environment has been modified by port expansion and thus the inhabitants of the Island have suffered an alteration in their way of living. The general aim of this study was to investigate the changes resulting from the installation of the Embraport Port Terminal and the actions implemented by the company as compensation for the socio-environmental impact on the community. This study was conducted in 2013 and 2014 through: 1) Bibliographic and documental research about the building of the terminal and its negative impact (Environmental Impact Assessment/Environmental Impact Report – EIA/RIMA); 2) Visits to Diana Island community to observe and informal talks with local community about important aspects of the way of living on the Island; 3) Two previously arranged meetings with community leaders to discuss the problems caused by the port; 4) An interview with the head of the Embraport's Marketing Department in the company headquarters regarding the program of Environmental Education and Community Tourism; 5) Monitoring one of the stages of the Instructor of Environmental Education vocational course coordinated by Embraport for the islanders, which is part of a rudimentary community tourism project called "*Vida Caiçara: educação ambiental e turismo comunitário*". Results have shown that, in a overview, the new port terminal has caused negative environmental and social impacts on Diana Island community and, although it has been pointed out on the EIA/RIMA, the prospective economic benefits generated by the port operation to the City of Santos was decisive for its approval and installation. The documents analyzed on this research (Compliance Commitment, minutes of several meetings, letters to authorities, etc.) have shown that many agreements were established during this process: labor vocational training courses for local community on the port terminal; urban redevelopment of the village, including installation of power lines and a sewer system; the development of new economic activities, among other things. However, it was concluded that these socio-environmental compensation actions have not been fully implemented yet and the Diana Island community has no support from the company for their own upkeep. In this context we highlight the importance of "*Vida Caiçara: educação ambiental e turismo comunitário*" project in Diana Island. It is suggested that this project should be developed further still, since this research has pointed it out as a viable socioeconomic alternative for the community that has received the company's backing and presents high support from the locals.

Key-words: Santos, Port Expansion, Human Ecology, Caiçaras, Diana Island.

LISTA DE FIGURAS

	Pag.
1. Figura 01. Delimitação geográfica do município de Santos, São Paulo, Brasil.....	17
2. Figura 02. . Localização da ilha Diana no município de Santos/SP.....	19
3. Figura 03. Ponto de embarque e desembarque no píer da Ilha Diana.....	21
4. Figura 04. Fotos ilustrativas da vegetação rasteira e da fauna local.....	24
5. Figura 05. Localização do terminal portuário Embraport do grupo COIMEX.....	26
6. Figura 06. Viveiro de mudas na Ilha Diana.....	37
7. Figura 07. Casas coloridas pelas tintas fornecidas pela Suvnil e Embraport.....	38
8. Figura 08. Casa onde funciona a sede da brinquedoteca da Ilha Diana.....	38

LISTA DE TABELAS

Pag.

1. Tabela 1. Demandas da comunidade da Ilha Diana apresentadas para o empreendedor do Terminal Embraport.....35
2. Tabela 2. Sugestões de atividades e limitações relacionadas ao turismo de base comunitária (TBC) para comunidades da Baixada Santista.....42
3. Tabela 3. Histórico de Transformação na Ilha Diana.....43

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AGEM	Agencia Metropolitana da Baixada Santista
APTA	Agência Paulista de Tecnologias do Agronegócio
APA	Área de Proteção Ambiental
AMAP	Associação dos Monitores Ambientais de Peruíbe/SP
CETESB	Companhia Estadual de Saneamento Ambiental
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
DPW	Dubai Ports Word
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBRAPORT	Empresa Brasileira de Terminais Portuários
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ONG	Organização Não Governamental
LI	Licença de Instalação
LO	Licença de Operação
PNPCT	Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PEA	Programa de Educação Ambiental da Ilha Diana
PSF	Programa de Saúde da Família
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TBC	Turismo de Base Comunitária
ZEE	Zoneamento Econômico Ecológico
ZPR	Zona Portuária e Retroportuaria

SUMÁRIO

	Pag.
1. INTRODUÇÃO	12
1.1 As comunidades locais e o manejo dos recursos naturais no contexto da ecologia humana.....	12
1.2 O potencial do turismo de base comunitária na melhoria da qualidade sócio ambiental em comunidade locais.....	13
2. OBJETIVO GERAL	16
2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICO	17
3. METODOLOGIA	17
3.1 Área de estudo.....	17
3.2 Métodos.....	21
3.2.1 Reuniões com lideranças da Ilha Diana e análise de documentos.....	21
3.2.2 Acompanhamentos de atividades relacionadas ao projeto “Vida Caiçara”: Educação ambiental e Turismo Comunitário na Ilha Diana.....	22
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	23
4.1 Caracterizações da comunidade caiçara da Ilha Diana.....	23
4.2 O empreendimento Terminal Portuário Embraport.....	25
4.3 Demandas, negociações e conflitos entre a comunidade da Ilha Diana e os empreendedores.....	31
4.4 Ações socioambientais instaladas na Ilha Diana como contrapartida da construção do empreendimento portuário.....	36
5. Turismo de Base Comunitária (TBC) como perspectiva econômica a comunidade da Ilha Diana.....	39
5.1 Um dia de roteiro turístico do projeto Vida Caiçara: Educação ambiental e turismo comunitário.....	45
6. CONCLUSÕES.....	46

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48
ANEXOS.....	55

1- INTRODUÇÃO:

1.1 As comunidades locais e o manejo dos recursos naturais no contexto da ecologia humana.

Parte significativa dos ecossistemas naturais do Brasil encontra-se em áreas habitadas por populações humanas como, por exemplo, os índios, caiçaras, quilombolas, caboclos, ribeirinhos e extrativistas e pode-se considerar que a manutenção da diversidade cultural destas populações é, em parte, responsáveis pela manutenção da biodiversidade dos recursos naturais que elas exploram e dos quais dependem (WCDE 1987; DIEGUES, 1989).

O estudo do conhecimento das populações locais sobre o ambiente, pode ser entendido como um sistema integrado de saberes e práticas adquiridos pelo contato com sistemas ecológicos, sendo este conhecimento transmitido de geração a geração por membros das comunidades que, de acordo com as possibilidades de manejo dos recursos, exploram diretamente seu ambiente como forma de subsistência (BERKES *et al.*, 1995, BEGOSSI, 2010).

Segundo Gómez-Pompa e Kaus, (1990), a compreensão sobre como o conhecimento local é transmitido de uma geração para outra ou, de uma sociedade a outra, é difícil de ser investigado, pois este entendimento exige dos pesquisadores o aprendizado dos cenários e das linguagens locais utilizadas para descrever os recursos e as relações com o meio ambiente. Além disto, em alguns casos é necessário compreender os sistemas locais de crenças, rituais e costumes espirituais e religiosos para compreender certas relações com o ambiente e formas de manejo (POSEY, 1983).

Como foi descrito por Diegues (1998) em “*o mito moderno da natureza intocada*” o contexto das áreas naturais de alta biodiversidade serem intocadas deve ser desmistificado, ou nas palavras do autor domesticado. Ou seja, o desafio não é apenas conservar as áreas naturais, mas compreender que o resultado dos sistemas de manejo local de populações que coexistem com o ambiente e exploram os recursos naturais são também, em parte, responsáveis pela conservação dos recursos naturais.

Não se trata, contudo, de entender as populações locais como “*selvagens ecologicamente nobres*” destacado por Redford, (1990) caindo na armadilha de entender todas as populações locais como conservacionistas “não reconhecidos”.

Cada cenário é próprio, único e a conservação dependerá das formas de manejo ali utilizadas e da densidade populacional das populações que exploram determinado ambiente.

Para se estudar as comunidades locais dentro deste contexto, alguns conceitos e ferramentas analíticas da ecologia são uma contribuição fundamental, aproximando estas investigações com a Ecologia Humana, especialmente a partir da década de 1950, com a escola de Chicago (BEGOSSI, 1993).

Uma vez que o manejo dos recursos naturais é uma forma de mantê-los disponíveis e sustentáveis (BEGOSSI, 2010), o detalhado conhecimento ecológico local das populações assume papel relevante e pode agregar novas informações ao conhecimento biológico e solidificar processos participativos de manejo de recursos naturais (JOHANNES *et al.*, 2000; SILVANO, 2004; SILVANO *et al.*, 2006).

Em relação as comunidades de pescadores, o manejo de águas costeiras deveria ser uma prioridade no Brasil, considerando-se o número de pescadores de pequena escala ao longo da costa e a importância da pesca como fonte de alimento para a população brasileira (BEGOSSI, 2010 b).

1.2 O potencial do turismo de base comunitária na melhoria da qualidade sócio-ambiental em comunidades locais.

O status sócioeconômico das populações pesqueiras artesanais tem sido estudado, de acordo com Bene (2003), a partir da perspectiva da pobreza e, geralmente, estas populações são excluídas de estratégias de melhoria da sua condição sócioeconômica, pois são comunidades que apresentam restrições de liquidez de caixa e não tem acesso aos créditos institucionais e públicos (DASGUPTA, 1997).

Existem duas explicações para o papel da pobreza em comunidades que sobrevivem da pesca artesanal: a de origem exógena, na qual a pobreza surge a partir de uma falta de alternativas econômicas fora do setor da pesca e, em segundo, a de origem endógena, em que a exploração excessiva de recursos leva à pobreza do setor (BENE, 2003).

Diante deste cenário, as demandas econômicas e políticas relacionadas aos recursos naturais têm posto os usuários locais diante de exigências conflituosas no

que se refere às suas terras e a exploração dos seus recursos (CARTER e BARRETT, 2006).

Hipoteticamente, a propensão de famílias de pescadores mais pobres a continuar tentando sobreviver da pesca, em uma situação de grave declínio dos estoques pesqueiros, é consistente com o conceito da "*armadilha de pobreza*" (Adato *et al.*, 2006), em que as pessoas pobres são incapazes de mobilizar os recursos necessários para superar os choques ou situações de baixa renda crônicas e, conseqüentemente, permanecem na pobreza.

Mesquita *et al.*, (2012) mostraram, por exemplo, que pescadores artesanais da região de Paraty/RJ que tem na aposentadoria uma renda fixa garantida preferem continuar a utilizar apenas uma tecnologia de pesca e manter seu padrão de vida, enquanto pescadores que não tem a garantia de um salário mensal fixo, apresentam tecnologias de pesca mais variadas e maior número de espécies-alvo.

De acordo com Carter e Barrett (2006), porém, as populações em condições de pobreza podem, em algumas situações, realizar atividades alternativas, muitas vezes, sacrificantes, mas nas quais os ganhos individuais de curto prazo aparecem compensando os sacrifícios necessários para escapar da situação de pobreza.

Begossi *et al.*, (2011) verificaram que os pescadores artesanais da comunidade de Trindade/RJ, em um primeiro momento se interessaram por uma eventual compensação para que conservem os estoques, diminuindo a pressão de pesca, mas em seguida já se mostram apreensivos em relação ao afastamento da prática de pesca que este tipo de mecanismo poderia causar.

A importância da diversidade de atividades de subsistência em populações locais é um assunto amplamente discutido na literatura com diversos estudos mostrando como comunidades locais desenvolvem outras formas de obtenção de renda, afim de diminuir o risco associado à dependência exclusiva de uma única atividade (BAILEY e POMEROY, 1996; ADGER, 2000; LOPES, 2010).

Novas formas de subsistência e o processo de desenvolvimento que isto implica, mostra-se como uma característica importante diante da incerteza da produção pesqueira que deve ser aplicada à comunidade caiçara da Ilha Diana, Santos/SP, pois atualmente, a comunidade está sendo afetada pela intensa expansão portuária e urbano-industrial no município de Santos e impedida de continuar sua subsistência nos padrões tradicionais da prática de pesca artesanal.

Nesta perspectiva, Diegues (1983) salientou que o domínio da arte da atividade pesqueira exige qualidades físicas e intelectuais dos pescadores, que são aprimoradas no exercício da atividade mas, que podem ser desenvolvidas em outras atividades de contato com a natureza. Neste sentido, o turismo inclusivo, tendo as populações como participantes ativos pode gerar frutos, tanto economicos, quanto ambientais nas regiões costeiras.

Lopes *et al.*, (2011) sugerem, por exemplo, que as comunidades caiçaras do entorno da baía Ilha Grande/RJ, podem aproveitar-se do fato de estarem próximas a centros urbanos turísticos para explorarem, nas suas comunidades, atividades relacionadas ao turismo.

Outro exemplo foi registrado por Clauzet (2008), destacando a interdependencia das atividades de pesca artesanal e turismo na comunidade da Enseada do Mar Virado, Ubatuba/SP, onde as atividades de turismo e de pesca artesanal geram renda uma à outra e desenvolvendo-se integradas ao longo de todo o ano.

Contudo, de acordo com Sansolo (2009) e Rosario (2010) vale atentar para o fato de que a inserção da população local no turismo em áreas com presença de comunidades tradicionais, no geral, ocorre de maneira precária, sem participação da comunidade nas atividades turísticas e com exploração acentuada dos recursos naturais, caracterizando um turismo de massa.

O turismo na região da baixada santista/SP constituiu-se inicialmente, em uma prática exclusiva das elites atrelado à construção da ferrovia São Paulo Railway no período do ciclo do café e depois, em 1922, à estrada Caminho do Mar. A partir de 1950, emergiu o turismo de massa, considerado um fenômeno também mundial, que caracteriza, até os dias de hoje, o turismo na região da baixada santista. Contudo, o turismo no litoral paulista como um todo, é também composto pela existência de práticas locais que resistem ao modelo do turismo massificado (VIANNA, 2010).

Estas iniciativas são conhecidas como um conjunto de práticas que necessitam de menor grau de investimento em infraestrutura e serviços, visando à valorização das características naturais e culturais nomeadas de práticas do Turismo de Base Comunitária (TBC) (LITORAL SUSTENTÁVEL, 2014). O termo turismo de base comunitária (TBC) refere-se a atividades, serviços e empreendimentos

relacionados a comunidades que recebem visitantes e estão envolvidas na apresentação dos seus moradores e patrimônios como, por exemplo, atrações naturais e/ou oferecendo um leque de mercadorias (produtos agrícolas ou artesanato), que constitui o elemento “turístico” do conceito (MOUNTAIN INSTITUTE, 2014).

Idealmente, em projetos de TBC os saberes e fazeres da comunidade servem de matéria-prima básica para uma interação anfitrião-visitante, cuja participação é significativa para ambos e gera benefícios econômicos e de conservação para as comunidades e o meio ambiente (INSTITUTO ECO BRASIL, 2014).

A relação estabelecida entre o visitante e o visitado não constitui consumo ou submissão, mas sim, um relacionamento interativo e dialógico de aprendizados mútuos (MOUNTAIN INSTITUTE, 2014).

O TBC, arraigado em um processo de desenvolvimento local, é uma modalidade de turismo sustentável que tem como uma de suas premissas o respeito às heranças culturais e tradições locais, cujo principal objetivo é a qualidade vida, a geração e a justa distribuição de benefícios para a comunidade que recebe seus visitantes (LITORAL SUSTENTÁVEL, 2014).

Segundo Brohman (1996) e a Organização Mundial de Turismo -OMT (2003) o turismo de base comunitária surge como uma solução viável e de estímulo do desenvolvimento local e a inclusão das comunidades através da participação democrática.

Segundo Diegues (anexo 1) a Ilha Diana é, provavelmente, a última comunidade caiçara de Santos e atualmente está vivendo em meio a expansão portuária, uma das alternativas econômicas viáveis para esta população é o turismo de base comunitária, no qual poderiam ser desenvolvidas atividades de turismo educacional na região, que focassem à cultura caiçara e ao conhecimento ecológico local como um patrimônio regional da baixada santista.

2. OBJETIVO GERAL:

Avaliar a realidade atual da comunidade da Ilha Diana, Santos/SP, relacionada a expansão portuária e assim, contribuir na divulgação do modo de vida e problemas desta comunidade, bem como identificar potenciais ações locais de melhoria da qualidade de vida neste ambiente.

2.1. Objetivos específicos:

- a) Descrever o conflito existente entre os moradores da Ilha Diana e o grupo representante do empreendimento do Terminal Portuário Embraport.
- b) Verificar quais são e como estão sendo desenvolvidos os projetos socioambientais advindos das contrapartidas aos impactos ambientais negativos causados pelo empreendimento.
- c) Identificar a potencialidade de inserção de atividades turísticas de Turismo de Base Comunitária que valorizem a cultura local e gerem uma nova fonte de renda à população da Ilha Diana.

3. METODOLOGIA:

3.1. Área de estudo:

A Ilha Diana está localizada no município de Santos, SP, na região conhecida como Baixada Santista na costa Sudeste do Brasil (Figura 1).

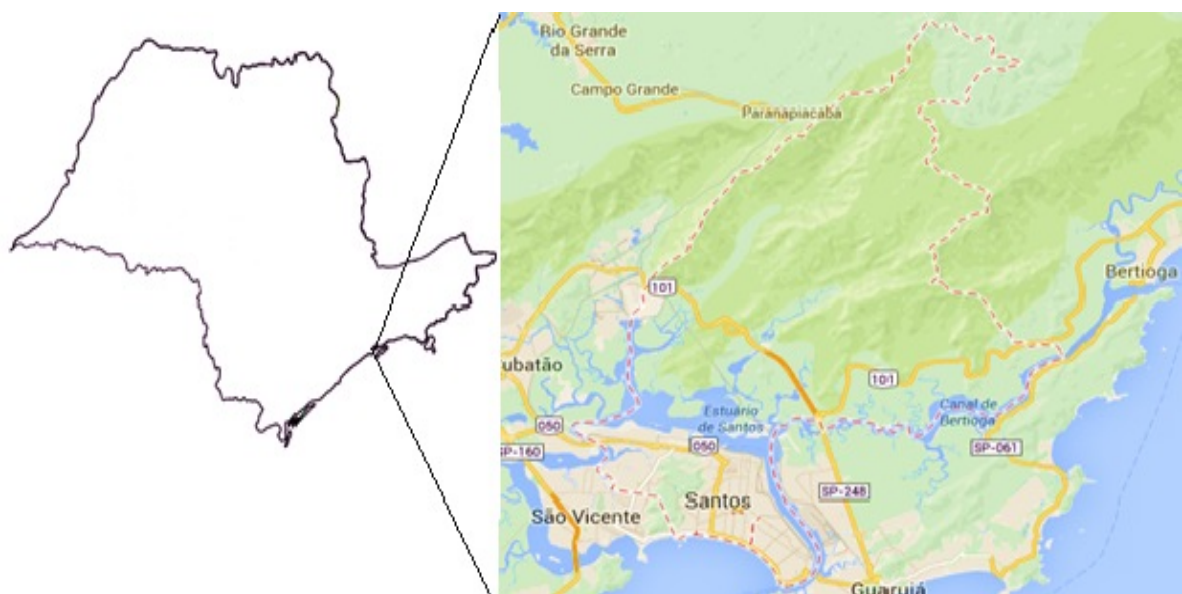


Figura 1. Delimitação geográfica do município de Santos, Latitude: -23.9618, Longitude: -46.3322 23° 57' 42" Sul, 46° 19' 56" Oeste São Paulo, Brasil (Fonte: Google Maps, 2014).

Localizada dentro dos domínios da Mata Atlântica, a região da Baixada Santista foi colonizada pelos portugueses no início do século XVI e ainda hoje apresenta vestígios da presença humana ancestral através, por exemplo, dos diversos sambaquis existentes na região (DEAN, 1996).

A Ilha de São Vicente, onde estão inseridas as cidades de Santos e São Vicente, é uma região importante dentro do contexto histórico brasileiro. A colonização desta região data de 1531, durante a expedição de Martim Afonso de Souza, que chegando na região encontrou habitantes nativos indígenas Tupis Guaranis. Os povos desta região participaram do sistema econômico com a produção de cana de açúcar e a criação de engenhos. A data oficial de instalação do município de Santos é 1545, configurando-se num dos municípios mais antigo do Brasil (STORI 2010).

Por abrigar o principal Porto do país e localizar-se nas proximidades da grande metrópole de São Paulo, Santos se desenvolveu economicamente atrelado ao setor portuário e acompanhou os diversos ciclos econômicos do Estado, apresentando, ainda hoje, testemunhos destes períodos como, por exemplo, o Forte Itapema, a Fortaleza da Barra, a Estação Ferroviária São Paulo Railway e a Bolsa do Café (FAMS, 1993).

O município de Santos possui 281,35 Km² de área, tem população estimada em cerca de 433.153 pessoas e demográfica de 1.419,94 habitantes por quilometro quadrado com taxa média de crescimento anual de 0,50% entre as décadas de 90 e 2000 (PNUD, 2014; IBGE, 2014).

Apesar da relativa desigualdade social, segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de muito alto desenvolvimento humano, apresentando em 2000 índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,840, o maior entre os nove municípios da região da baixada santista e o quinto lugar no ranking nacional

A Ilha Diana (23°54' 56.84" S. e 46°18' 30.13" O) é um pedaço de terra parcialmente isolado na área continental do Município de Santos, mesmo estando próxima do maior complexo portuário da América Latina (Figura 2).



Figura 2. Localização da ilha Diana (quadrado branco) no município de Santos/SP. 23°54' 56.84" S. e 46°18'30.13" O (Fonte: Google Maps, 2014).

O lugar começou a ser habitado na década de 1940 depois da desapropriação da Vila da Bocaina e Saco do Embira, em Vicente de Carvalho, distrito de Guarujá devido à expansão da base área de Santos. Alguns se estabeleceram nos bairros de Monte Cabrão, Valongo, Ilha Barnabé e outros, na Ilha Diana (ROMANI, 2010).

A Ilha localiza-se a 8 km do Porto de Santos na margem oposta do rio que a separa do terminal portuário da Embraport e a 1,5 km de Vicente de Carvalho, no Guarujá. De propriedade da União, a Ilha é delimitada pelo canal de Bertiooga e os rios Diana e Sandi (MOTTA, 2000 apud NASCIMENTO e PEDRO 2005; VALE 2011).

A ocupação do local se deu de maneira linear ao longo da orla da maré e o posicionamento das residências forma nitidamente pequenos núcleos, evidenciando também as ligações familiares entre moradores. De acordo com Motta (2000 apud Nascimento e Pedro), é comum os moradores da ilha Diana terem os mesmos sobrenomes, pois a maioria da população é descendente das famílias Gomes, Hipólito, Quirino e Souza, as primeiras a deixar a Bocaina e a povoar o vilarejo.

Stori (2010), verificou que a área habitada da Ilha Diana corresponde a 3 hectares com densidade demográfica que corresponde a aproximadamente 8.000 hab./km². De acordo com a autora, o padrão de ocupação foi seguindo o modelo tipicamente caiçara, onde as casas dos filhos são construídas nos quintais da casa dos pais sem nenhum planejamento urbano e ambiental. O adensamento

populacional é notório, em virtude da vila não pode se expandir mais sobre as áreas de preservação permanente dos manguezais que a circundam.

A população da Ilha Diana se identifica como uma comunidade caiçara. As comunidades caiçaras são formadas pela miscigenação de indígenas, colonizadores portugueses e em menor escala de escravos africanos. Estabeleceram-se em áreas costeiras dos atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e norte de Santa Catarina onde, isolados dos grandes centros urbanos, mantiveram suas tradições e costumes que incorporam um grande conhecimento dos recursos naturais locais (DIEGUES, 1983).

Conforme determina a Política Nacional de Povos e comunidades Tradicionais (PNPCT) “Povos e Comunidades Tradicionais”, a comunidade da Ilha Diana pode ser caracterizada como um grupo culturalmente diferenciado e que se reconhece como tal, que possui formas próprias de organização social e ocupam um território e exploram os recursos naturais como condições para sua reprodução cultural, social, religiosa e econômica, utilizando conhecimento, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Porém, a comunidade da Ilha Diana, até hoje não possui o reconhecimento legal de seu território, situado sobre a área de manguezal cuja ocupação remonta a década de 1930 (STORI *et al.*, 2010).

No ano de 2000, viviam na ilha Diana aproximadamente 174 pessoas, distribuídas em 47 famílias (68 homens, 64 mulheres e 42 crianças e adolescentes) (MOTTA, 2000 apud NASCIMENTO e PEDRO, 2005). Em 2014, dados da associação local Melhoramentos da Ilha Diana informam que existem atualmente 250 moradores, distribuídos em 50 famílias.

A Ilha Diana é uma Área de Proteção Ambiental (APA) municipal na região da Área Continental de Santos (Lei de uso e Ocupação do Solo na Área Continental (Lei Complementar nº 359/ de 25 de novembro de 1999), cujas metas aplicáveis da lei são: proteger os ecossistemas, os recursos genéticos e as populações tradicionais. De acordo a lei, o ambiente natural deve servir à pesquisa, educação, uso tecnológico e científico. Dentre os usos permitidos destacam-se as atividades educacionais e de turismo monitorado, o manejo sustentado, a aquicultura e a maricultura (NASCIMENTO e PEDRO, 2005).

O acesso à Ilha Diana é realizado apenas por via marítima, a partir do no centro da cidade junto à Alfândega – situada na Praça da República, s/nº em barco

da Prefeitura Municipal de Santos. O trajeto dura cerca de vinte minutos e atualmente a taxa cobrada pelo transporte é de R\$ 0,25 (Figura 3).



Figura 3. No lado esquerdo da figura, o ponto de embarque (atrás da alfandega no centro de Santos) e ao lado direito, o ponto de desembarque no píer da Ilha Diana (Fonte: foto pessoal do autor em 2014).

A comunidade da Ilha Diana, convive com um novo desafio: a Licença de Instalação (LI) desde o ano de 2006, e Licença de Operação (LO) concedidas e renovadas pelo IBAMA, à um empreendimento portuário privado que obteve autorização para desmatar, aterrar e construir sobre uma área de manguezal e restinga de 803 mil metros quadrados, bem ao lado da comunidade (Stori, 2010).

3.2 MÉTODOS:

3.2.1 Reuniões com lideranças da Ilha Diana e análises de documentos:

Foram realizadas três visitas à comunidade da Ilha Diana em Maio, Junho e Julho de 2013 para conversas com o presidente da associação local e outros moradores locais que, por vontade própria, nos relataram comentários pessoais sobre a realidade da vida na comunidade e suas demandas.

Em 2014, foram realizadas duas reuniões, previamente agendadas, com a presença do presidente da associação local em que foram lidos e analisados diversos arquivos e documentos referentes a problemática da expansão portuária e os novos empreendimentos portuários que impactam o modo de vida local. Dentre estes documentos destacam-se:

- a) EIA/RIMA da obra do terminal Embraport (disponibilizado na Internet);

b) Referencias científicas sobre a problemática socioambiental em torno da instalação do Terminal Embraport (constam todas nas referências finais deste relatório de qualificação).

c) Análise de todas as reportagens de divulgação sobre o modo de vida dos moradores da Ilha Diana nos meios de comunicação de mídia impressa nos anos de 2013 e 2014 (Anexos 1 a 5).

d) Atas assinadas e firmadas de diversas reuniões entre as partes;

e) Cartas endereçadas a vereadores e representantes do ministério público com demandas e requisições da comunidade local;

Nos dois últimos casos, (itens d; e) o material nos foi disponibilizado pela associação Sociedade de Melhoramento da Ilha Diana.

3.2.2 Acompanhamentos de atividades relacionadas ao do projeto “Vida Caiçara: Educação ambiental e Turismo Comunitário” na Ilha Diana:

Em Setembro de 2014, realizamos uma entrevista com a responsável da área de marketing ambiental da empresa EMBRAPORT na qual nos foi esclarecido o histórico do início do programa de educação ambiental e turismo de base comunitária na Ilha, seus principais objetivos e seu desenvolvimento. A entrevista foi realizada na sede da Embraport, na parte da manhã conforme previamente agendado e durou cerca de 2 Horas.

Em Outubro de 2014, participamos em campo de um roteiro ecoturísticos utilizado como piloto dentro do planejamento para implantação do turismo de base comunitária na Ilha Diana, através do projeto vida caiçara.

O roteiro se iniciou as 9:30 Hrs, com um total de 15 pessoas, sob coordenação da bióloga responsável pelo projeto e do presidente da associação local. O início do passeio é com o embarque na barca Bom Jesus, no terminal República das Barcas, no centro de Santos/SP em direção à Ilha Diana. Na Ilha, foram feitas apresentações sobre os objetivos do projeto e cumpridos os roteiros turísticos previstos para o dia. O passeio acabou por volta das 17:00 hrs, com o retorno do grupo ao centro de Santos.

Em dezembro de 2014, participamos como ouvinte de um curso de capacitação de monitores ambientais com os moradores locais no desenvolvimento do turismo de base comunitária na Ilha Diana. Neste curso, foi destacada a importância do aprendizado das planilhas de planejamento de custos dentro de um

programa de TBC, enfatizando que, aprendido isto, pode-se entender de onde virão os lucros financeiros das atividades do projeto para a comunidade.

O roteiro ecológico e a capacitação estiveram, entre outros profissionais, sob responsabilidade e coordenação da profissional de projetos sociais da empresa EMBRAPORT e nossa presença foi devidamente autorizada pela empresa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO:

4.1. Caracterização da comunidade caiçara da Ilha Diana:

A paisagem predominante na Ilha Diana é a de manguezal, inserido na Mata Atlântica litorânea. Nas margens da ilha foi possível observar bosque maduros de mangue. Porém, logo atrás destes o que predomina na paisagem é um capim marítimo, conhecido localmente como capim praturá ou paraturá. Nesse capinzal, foi possível avistar parte da avifauna local como, por exemplo, pássaros localmente chamados de saracuras-matracas, saracura-sanã e saracura-do-mato.

Em qualquer trecho do Rio Diana é possível avistar nas árvores de mangue, casais de Martim-Pescador, Carcará, Garças-Branças de diferentes tamanhos e Biguás. Na parte frontal da Ilha, na maré baixa, é possível avistar um largo banco de mexilhões, recobertos por algas verde que, segundo os moradores, servem de ponto de alimentação para as aves locais e também aos moradores da Ilha Diana que tradicionalmente, na maré baixa, realizavam a coleta de ostras e mexilhões.

Na parte ao fundo da Ilha, onde há menos habitações, encontra-se a restinga. Ali foi possível avistar diversos pássaros como, por exemplo, os localmente conhecidos como tié-sangue, a saíra-canário e o tié-preto que, de acordo com BRETAS e SIGRIST (1996), são aves comuns a outros locais de Mata Atlântica.

As fotos abaixo foram feitas pelos pesquisadores no ano de 2013, nas visitas de campo à comunidade da Ilha Diana e registraram alguns aspectos da vegetação e da fauna local (Figura 4).



Figura 4. Fotos ilustrativas da vegetação rasteira e da fauna local (com nomes populares dados pelos moradores locais que acompanharam as visitas) Foto: Luiz Antônio/ 2013.

A comunidade da Ilha Diana é constituída por um Centro Comunitário, Posto de Saúde, Escola Municipal de Ensino Fundamental, uma pequena capela e um telefone comunitário.

Quanto a infraestrutura, em toda a extensão da Ilha Diana existe água encanada e energia elétrica, mas nos foi relatado que existem apenas dois pontos da Ilha que possuem “fossa séptica” um deles na sede da Sociedade de Melhoramento da Ilha Diana, onde funciona o PSF – (Programa de Saúde da Família) e o outro na Escola e Maternal, onde funciona a escolinha no período da tarde e também os encontros comunitários em outros momentos; exceto estes dois locais, todos os resíduos são despejados diretamente no mar.

Em 1999, foi criada na ilha Diana a “Sociedade de Melhoramentos Amigos da Ilha Diana”, uma associação local com o objetivo de organizar e representar a comunidade, defendendo seus interesses frente aos potenciais impactos negativos causados pela expansão portuária que estava se desenhando na região.

De acordo com o presidente da associação, promover a inclusão cultural, transmitir valores, desenvolver o empreendedorismo e dar voz a jovens são preocupações destacadas nas ações da Sociedade Melhoramento da Ilha Diana.

As reivindicações da comunidade na época em que foi criada a associação eram inúmeras e englobavam, por exemplo, a implantação de rede de energia e de sistema de saneamento básico adequados às necessidades locais; auxílio para implantação da cooperativa de pescadores artesanais; e construção de muro de arrimo para contenção da água na maré cheia (SILVA, 2005).

Contudo, atualmente, nos anos de 2013 e 2014, a associação continua a cobrança frente aos empreendedores dos terminais relacionados a expansão portuária de Santos para o cumprimento das demandas dos moradores locais que foram acordadas como contrapartida aos impactos negativos causados pelas obras de novos terminais.

É fato que a convivência neste pequeno território nem sempre é harmoniosa. De acordo com Stori (2010), a entrada do porto privado na vida desta comunidade também trouxe conflitos e desconfianças entre os residentes e causou um forte sentimento de insegurança aos moradores da Ilha Diana.

4.2 O empreendimento Terminal Portuário Embraport:

No Município de Santos o grupo empresarial Coimex (fundado em 1949 no Espírito Santo) é responsável, desde 2003, pela implantação do maior terminal portuário privado do País denominado de Terminal Portuário Embraport.

O terminal Embraport está localizado no Sítio Sandi, entre a foz dos rios Sandi e Diana e sua expansão deu-se sobre a área de manguezais, cercada por bancos de sedimentos, algumas bastantes intocadas e outras em estados de regeneração. O terminal depois de erguido por completo ocupará todo o espaço entre a Ilha Barnabé e a Base Aérea de Santos (Figura 5).



Figura 5. Localização do terminal portuário Embraport (em vermelho), do grupo COIMEX, instalado nas proximidades da Ilha Diana (em amarelo), Santos/SP.
 Fonte: www.imagensaereas.com.br acessado em 08-08-2013.

As obras de instalação foram licenciadas pelo IBAMA, após a análise das conclusões do EIA-RIMA - Estudo e Relatório de Impacto Ambiental da obra executado pela MKR TEC. SERV. IND. E COM.

A construção do Terminal Portuário da Embraport iniciou-se no ano de 2003 e o prazo previsto para a finalização da obra é um total de 17 anos, mas parte dele já está operando. Estima-se que serão investidos, na obra civil e no aparelhamento do terminal, um total de aproximadamente U\$ 320 milhões (cerca de R\$ 736 milhões) e o empreendimento ocupará, quando finalizado, uma área de um milhão de metros quadrados em área contígua à Ilha Diana (SILVA, 2005).

O Grupo empresarial que comanda o terminal é hoje um dos maiores conglomerados empresariais no setor de comércio internacional nas áreas de importação e exportação, logística, agropecuária, energia elétrica e concessão de rodovias, administrado pela holding Coimexpar. Nos anos de 2008 e 2009, devido a dificuldades financeiras para concluir as obras, a Coimex que inicialmente era dona de 100% do negócio, vendeu suas ações às outras duas empresas que se tornaram sócias no novo terminal: a Dubai Ports World (DPW) e a Odebrecht – que juntas adquiriram 51,5% da participação do empreendimento. Os outros 33,33% foram

vendidos ao Fundo de Investimentos do FGTS (FI-FGTS), restando a Coimex 15,27% do negócio (TEIXEIRA, 2009).

O empreendimento é o mais moderno porto multiuso do País com dois píeres, armazéns cobertos, estacionamentos para carretas e pátios ferroviários. Espera-se que quando concluído o terminal tenha capacidade para movimentação anual de 1,2 milhões de contêineres, 200 mil veículos, 2 milhões de toneladas de graneis sólidos vegetais e até 5 milhões de metros cúbicos de graneis líquidos, principalmente álcool. A grande promessa do empreendedor é a geração de cerca de mil empregos diretos e outros 1,1 mil indiretos (COIMEX, 2014).

De acordo com o diretor da Embraport na época da instalação do terminal, os impactos negativos causados ao meio ambiente foi uma das principais preocupações do empreendedor:

“O nosso projeto está desenvolvido para ser o standard em termos de instalação portuária, mas com o cuidado impecável na parte ecológica; nosso EIA-RIMA, com mais de 10 mil páginas, é prova disso (...) Ao custo muito alto, estamos buscando as melhores soluções de engenharia e de preservação ambiental” (SILVA, 2005:11).

Porém, os documentos oficiais sobre o empreendimento analisados, como cartas endereçadas às autoridades regionais, atas de reuniões que incluíram ambas as partes e relatórios socioambientais utilizados na aprovação das obras do terminal portuário da Embraport, demonstram claramente o confronto de interesses entre os moradores locais e o empreendedor.

A legislação brasileira, através da resolução CONAMA 01/1986, em seu artigo 1º define impacto ambiental como:

“...qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causadas por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I – a saúde, a segurança e o bem-estar da população;/ II – as atividades sociais e econômicas;/ III – a biota;/ IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;/ V – a qualidade dos recursos ambientais”.

O RIMA- Relatório de Impacto Ambiental- é uma das exigências prévias a serem cumpridas por todos os empreendimentos que possam causar danos ao meio ambiente. O relatório foi feito com base no EIA- Estudo de Impacto Ambiental- um amplo diagnóstico dos efeitos causados pela implementação do novo terminal portuário da Embraport nas imediações da Ilha Diana. A amplitude do estudo abrangeu uma série de impactos que seriam causados direta e indiretamente pelo empreendimento tanto no meio físico como no biótico e socioeconômico.

No EIA-RIMA conclui-se que:

“em relação ao meio físico, a existência de impactos negativos de baixa intensidade no nível de ruído, na poluição do ar, na dinâmica superficial e nas águas superficiais e subterrâneas, como a contaminação das águas e dos sedimentos, e os problemas advindos do descarte dos materiais retirados” (EMBRAPORT, 2003(a): 60-2).

Quanto ao meio biótico:

“haverá supressão de floresta de restinga em estado avançado de regeneração, de vasta área de manguezais e apicuns, implicando em impacto negativo significativo na biodiversidade dos ecossistemas suprimidos, cerca de 31 hectares. E, enfim, em relação ao patrimônio histórico, haverá a destruição de um sítio arqueológico com mais de 5.000 mil anos de existência encontrado no local”. (EMBRAPORT, 2003(b): 845-7).

O aterro feito pelo empreendedor sobre o manguezal acarretou além do potencial risco de inundações na vila, um impacto negativo direto na atividade econômica de pesca artesanal da comunidade.

Romani (2010), destacou que o projeto de implantação do terminal Embraport previu a dragagem de uma imensa área lateral do estuário e a construção de atracadouros para navios de grande porte, contígua a áreas de pesca tradicionalmente utilizadas pela comunidade.

Além da comunidade da Ilha Diana, existem também outras comunidades pesqueiras do complexo estuarino de Santos, sob impacto negativo do declínio da pesca e perdas culturais, devido ao desenvolvimento industrial do polo petroquímico de Cubatão e da expansão portuária de Santos, tais como: Conceiçãozinha, Prainha, Pouca Farinha, Caruara, entre outras (MOREIRA JUNIOR, 2008, ROMANI, 2010, STORI, 2010).

De acordo com Vale (2011), os pescadores da Ilha Diana se baseiam nas marés para exercer a atividade de pesca, utilizando-se de embarcações localmente chamadas de “chatinhas” feitas em madeira e não utilizam motor mas, sim remos.

Existe relativo reconhecimento entre os moradores da Ilha de que parte da degradação da pesca foi responsabilidade dos próprios pescadores artesanais causada principalmente, pela prática de determinados modelos de pesca predatória como, por exemplo, o lançamento da tarrafa, que além da desejada captura de camarões, também retinha na malha fina uma grande variedade de peixes miúdos.

Vicente (2002), mostrou que o impacto negativo causado por essa prática de pesca foi minimizado com o trabalho educativo promovido pela União dos Pescadores (UNIPESC), que ensinou os pescadores locais a reutilizar os restos de peixe como engodo para a pesca do camarão. Mas, o autor destaca que, apesar desta iniciativa, o problema da captura indesejada (*bycatch*) ainda está longe de uma solução efetiva.

O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) elaborado para cumprir exigências do projeto do Terminal da Embraport, destaca e reafirma o caráter econômico pesqueiro da comunidade ao concluir que:

“a maior parte dos chefes das famílias moradoras na Ilha Diana têm, como atividade principal a pesca artesanal: tainhas, bagres, pescadas, corvinas, robalos, camarão-branco, siris, caranguejo, ostras, mexilhões e mariscos” (EMBRAPORT, 2003(a): 120).

O relatório segue, justificando que serão propostas medidas compensatórias para a supressão dos ecossistemas mencionados, e destaca que o maior impacto direto durante os anos de construção do empreendimento será sentido diretamente pela população da Ilha Diana e que os impactos indiretos não podem ser

considerados de antemão e, portanto, não podem ter estabelecidas as medidas mitigadoras:

“poderão ocorrer problemas de crescimento desordenado de atividades informais (bares, locais de diversão, etc.) disseminação de doenças, ocorrência de casos de prostituição (...), quanto ao impacto negativo de ordem indireta, não somente seja certa sua ocorrência, não estando previstas medidas mitigadoras para esses impactos, como, também, não há nada que possa ser feito para impedir a transformação da vila em mais um aglomerado urbano de baixa renda (EMBRAPORT, 2003(a): 122/193).

O relatório conclui que, apesar dos impactos negativos, na avaliação geral do custo/benefício trazido pelo empreendimento para a dinamização da economia local, regional e nacional, entende-se a supremacia dos impactos positivos sobre os negativos, classificando o empreendimento como viável e desejável.

Vale destacar que, algumas vezes, nas leituras dos relatórios, documentos e reportagens, a população local é descrita como “pobres”, atrapalhando a estética do lugar; o que nos faz refletir: e se fossem ricos com suntuosas mansões ou luxuosos edifícios? Ou se ali existissem marinas, com iates? Teria a obra, então, sido executada?

Quando se analisa o Zoneamento Econômico Ecológico da Baixada Santista (ZEE), mais especificamente do Município de Santos, destaca-se a realidade anteriormente já discutida por Romani (2004) de que, além dos próprios empreendedores, outro interessado direto do funcionamento do Terminal Portuário da Embraport é a prefeitura de Santos.

No Plano Diretor Municipal, a área do Sítio Sândi encontra-se classificada como Zona Portuária e Retroportuária (ZPR), também identificadas por zonas 3 e 4, o que a torna propícia para atividades portuárias e retro portuárias, apesar de que, segundo a Constituição Federal, áreas de mangue e de restinga deveriam estar permanentemente protegidas e enquadradas como zonas de proteção permanente (ZPP) ou zona 1.

Com este zoneamento, os interesses do desenvolvimento econômico da região portuária de Santos estão garantidos, mesmo com demonstrações claras de

impactos socioambientais descritas nos relatórios de impacto ambiental da expansão portuária (ROMANI, 2004; SMA, 2014).

O parecer final da Prefeitura de Santos à viabilidade do Terminal Portuário Embraport acompanha a conclusão final do RIMA do empreendedor, sinalizando que haverá um crescimento da economia local, regional com aumento da arrecadação municipal, e que isto deve ser entendido também como um impacto socioeconômico positivo.

4.3. Demandas, negociações e conflitos entre a comunidade da Ilha Diana e os empreendedores:

Buscando minimizar estes impactos negativos, com a aprovação do empreendimento, através do EIA/RIMA, o empreendedor tentou negociar com a associação de moradores alguns acordos, envolvendo contrapartidas por parte da empresa. Esses acordos trataram principalmente, de cursos de capacitação profissional aos moradores e promessa de emprego no futuro terminal portuário.

Como medidas mitigadoras e compensatórias o IBAMA estabeleceu 24 programas e subprogramas somando 32 atividades condicionadas ao licenciamento. Estas condicionantes estavam relacionadas a implantação e apoio às unidades de conservação, melhorias da qualidade ambiental da obra, comunicação com as populações afetadas, elaboração de um programa de apoio a pesca, condução de um programa de resgate arqueológico nas áreas de ocorrências de sambaqui e demais atividades científicas (Stori, 2010).

No caso da Ilha Diana, o aterramento do manguezal foi o principal ponto de conflito, pois tratava-se de um ecossistema fundamental para a sobrevivência da comunidade. Uma das preocupações em destaque na comunidade era que ocorresse uma elevação dos níveis da maré enchente e inundações frequentes em suas residências. Somado à isto, os moradores já percebiam o prejuízo aos estoques pesqueiros do entorno da Ilha.

Na literatura existem diversos trabalhos enfatizando a importância ecológica e social dos mangues. Ecologicamente o mangue é considerado um ecossistema costeiro, característico de regiões tropicais e subtropicais, de transição entre os ambientes terrestres, fluvial e marinhos, sujeito ao regime das marés e formado por uma associação muito especial de animais e plantas e sua localização se restringe a

faixa entre o ponto mais alto da maré alta e o ponto mais baixo da maré vazante (LACERDA, 1984; SCHAEFFER-NOVELLI, 1995; VANUCCI, 1999).

O fato dos manguezais serem o aparador do mar e o elo de ligação entre este e a terra firme, faz com que recebam riquíssimos compostos orgânicos da própria terra pela força da maré, o que lhes dá uma destacada função no condicionamento biológico, favorecendo a alta produção (SCHAEFFER-NOVELLI, 1991;1995).

De acordo com a Agência Metropolitana da Baixada Santista (AGEM, 2008), os manguezais das partes planas e ao longo do canal de Bertioga, onde estão os rios Diana, Sândi, Iriri e Quilombo são ambientes dos quais dependem diversas comunidades de características rudimentares, que exploram estes recursos naturais.

Na baixada santista, as grandes áreas de manguezais foram exploradas desde o século XVI, nos curtumes para a extração de tanino de suas madeiras pelos colonizadores portugueses. Existiram vários curtumes na região, muitos deles eram pequenas instalações, com poucos empregados e sem registros em órgãos oficiais do estado (SANTOS, 1952).

Em relação à importância econômica, os manguezais são fontes de diversos recursos para exploração direta e indireta. Pode-se citar da forma direta o extrativismo, a agricultura e a silvicultura; um exemplo é a utilização de madeira do mangue para construções de casas, cercas, instrumentos de pesca, barcos, artesanatos e lenha; obtenção do tanino para curtir o couro e para tingir e proteger redes de pesca; coleta de crustáceos e moluscos; entre outros (LAMPARELLI, 1999).

Outro uso do mangue é o medicinal, descrito inicialmente em 1919 por Luederwaldt apud Moreira Junior (2010) como, por exemplo, o estrato da *Rhizophora mangle* empregado no tratamento de lepra e o uso das folhas de *Avecennia*, que eram cozidas e utilizadas em bochecho quando se tinham dentes cariados e que causavam dor.

Os manguezais do Novo Mundo têm menos de 10 espécies e os do Velho Mundo mais de 40, nos manguezais brasileiros predominam três espécies vegetais, as quais, pela uniformidade de cada região, determinam o nome popular do mangue em: mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), mangue preto (*Avecennia schaueriana*) e mangue branco (*Laguncularia racemosa*). Além destas espécies que determinam

as características principais de um mangue, existem outras formas vegetais como várias espécies de epífitas como bromélias e gramíneas (SCHAEFFER-NOVELLI e CINTRON, 1990).

Os manguezais ocorrem no noroeste do continente Americano e na região oriental do litoral da Venezuela (Golfo de Paria) até São Luís, no Maranhão (Brasil) onde alcançam maior desenvolvimento em vista das precipitações pluviais e das grandes marés. No Brasil, os manguezais representam uma área de cerca de 25.000 Km² e ocorrem em quase todo o litoral brasileiro desde o Oiapoque ao extremo setentrional, até Laguna, em Santa Catarina (SCHAEFFER-NOVELLI e CINTRON, 1990).

Mesmo este ecossistema sendo extremamente importante na manutenção da dinâmica física e biológica do estuário, estabilizando as drenagens e sendo responsável por uma complexa e rica cadeia trófica (CETESB, 1991), eles vêm sendo duramente afetados por ações antrópicas predatórias nocivas ao seu equilíbrio ecológico na maioria das vezes provocada pela sociedade urbana-industrial, como aconteceu no manguezal que circunda a região da Ilha Diana.

Diegues (1988), destaca que o uso tradicional do ambiente não compromete a capacidade de resiliência desses ambientes, pois há um conhecimento ecológico local que orienta e institui regras para a exploração. Para o autor, além de todas as características ecológicas para a manutenção do ambiente, os manguezais também pode servir como uma área para recreação, turismo e educação ambiental (DIEGUES, 2002).

Portanto, os manguezais têm importância primordial para a vida de milhares de espécies, incluindo aí o a própria espécie humana, de forma que mereciam maior uma análise mais detalhada no EIA-RIMA do impacto socioambiental que seu aterramento causaria à comunidade pesqueira e ao ambiente estuarino da Ilha Diana.

Em Maio de 2014, nos foi disponibilizado um termo de ajustamento de conduta (TAC), no qual os moradores da Ilha Diana reivindicavam cursos de capacitação para o emprego nas obras e operações do novo terminal portuário, em contrapartida ao aterramento do manguezal e impedimento de exercer a pesca artesanal. A capacitação para o emprego no terminal foi a demanda mais destacada em todos os documentos analisados durante esta pesquisa. Os resultados

mostraram que a empresa não qualificou os moradores, que antes sobreviviam da pesca artesanal e da coleta de recursos pesqueiros nos manguezais, com os cursos técnicos de capacitação profissional, conforme demandado e negociado entre as partes no início das instalações do novo terminal Embraport.

Atualmente, a falta de capacitação ao emprego no terminal, pareceu ser a maior “mágoa” da comunidade em relação aos empreendedores.

O TAC foi acordado no ano de 2004, em uma reunião na sede da Sociedade Melhoramento da Ilha Diana e se estendeu em negociações, sem solução, até 2009, quando uma carta foi enviada pelo representante da comunidade na figura do então presidente da Sociedade Melhoramento Da Ilha Diana, à Câmara Municipal de Santos, pontuando o não cumprimento das ações anteriormente acordadas.

O acordo de contratação de mão de obra local (masculina e feminina), tanto na fase de implantação como no pleno funcionamento da empresa está descrito em diferentes atas de reuniões entre as partes as quais tivemos acesso. Porém, fica evidente que foi contratada uma mínima mão de obra local, tanto masculina, para o desmatamento da área do empreendimento, quanto feminina, efetivando-se a contratação de apenas uma copeira para trabalhar nas instalações do terminal.

Vale destacar que, segundo os moradores, quem foi aproveitado como funcionário terceirizado para implantação do empreendimento, está atualmente desempregado.

Diversas outras reivindicações (demandas atendidas ou não) da comunidade da Ilha Diana existiram e foram negociadas; a tabela a seguir descreve algumas destas e seu “status” atual de resolução (Tabela 1).

Tabela 1: Demandas da comunidade e status de atendimento da demanda

	Status da demanda	Observações
1- Implantação da rede de energia elétrica	A	Atendida em janeiro de 2013 pela CPFL via Embraport.
2- Auxílio para implantação da cooperativa dos pescadores artesanais.	NA	Foi feito um curso básico no Senai onde vagas não preenchidas eram colocadas à disposição da Ilha Diana (10 vagas) nunca se efetivou a cooperativa.
3- Estudo para implantação de Saneamento básico	NA	Nada foi feito
4- Melhorias na travessia entre Santos e Ilha Diana	A	Foi resolvido pela CET.
5- construção do muro de arrimo para contenção das	A	Construído pela Embraport.

águas por ocasião da maré cheia		
6- Substituição dos atracadouros atuais por outro mais adequado e seguro	NA	O que foi executado está em péssimas condições de uso colocando em risco a vida das pessoas.
7- Implantação de área de lazer infantil.	NA	Não foi feita.
8- Construção de quadra de esporte.	NA	Não foi feito, só existe um campinho de futebol de difícil acesso onde são disputados torneios com times de vários bairros da cidade.
9- Ampliação da Capela de Bom Jesus da Ilha Diana e cobertura completando o piso para utilização em todos os eventos	NA	Iniciado em 2014, foram colocados bloquetes, mas não foi feito o aterro atrás da Igreja e nem a cobertura.
10- Cooperação para a realização dos festejos em comemoração ao Bom Jesus da Ilha Diana realizado em Agosto.	A	A última festa ocorrida em Agosto de 2013 contou com a presença do prefeito de Santos Paulo Alexandre Barbosa, que aproveitou a festa de Bom Jesus para anunciar investimento dentro do projeto viva o bairro estamos viabilizando acordos com a Embraport, assim partes das intervenções será assumida e realizada pela própria empresa que tem responsabilidade de promover melhorias para esta comunidade pelos impactos causados devido suas atividades finalizou o prefeito.

Fonte: Compilação de dados dos documentos disponibilizados para esta pesquisa e observações em trabalho de campo (anos 2013/2014).
(A = atendida e NA = não atendida)

Das reivindicações acima descritas, percebeu-se no trabalho de campo que os moradores da Ilha Diana aguardam ansiosos por uma reurbanização da vila, que inclui, entre outras obras, a reforma do muro de contenção de maré na parte frontal da comunidade e a construção de um novo píer de atracação de barcos.

Esta reurbanização vem sendo nomeada de projeto “Viva o Bairro” e é prometida nos discursos políticos da prefeitura de Santos e em matérias de mídia analisadas por nós (Anexo 2).

O projeto de reurbanização tem um esboço que encontra-se no centro de reuniões da Ilha Diana, no qual estão previstos: reurbanização do caminho da orla, organização de canteiros e jardins públicos, novo atracadouro turístico, nova escola, nova capela do Bom Jesus, reforma do campo de futebol, etc. Mas, efetivamente, até Dezembro de 2014, não existia nenhuma obra no local, exceto pela reconstrução

da Igreja, que teve sua obra atrasada por mais de quatro meses, interferindo inclusive, na tradicional data dos festejos.

4.4 Ações socioambientais instaladas na Ilha Diana como contrapartida da construção do empreendimento portuário:

Como já foi apresentado e discutido na tabela anterior, os resultados das análises de documentos sobre os acordos entre as partes, mostraram que o empreendedor até o ano de 2014, não atendeu efetivamente à maior parte das demandas locais.

Nem os projetos socioambientais, nem as ações locais instaladas, anteriores a 2014, foram efetivos no que diz respeito às alternativas de renda à comunidade. Seguem abaixo alguns exemplos de ações realizadas pelo empreendedor com o status de ações de compensação ambiental, mas que, de fato, demonstraram o pouco compromisso socioambiental em relação à comunidade local.

Foi realizada, por exemplo, a promoção de um curso de paisagismo através do qual os moradores locais puderam retirar e replantar as mudas do manguezal desmatado durante as obras do terminal em um viveiro construído em uma das margens da vila (Figura 6).

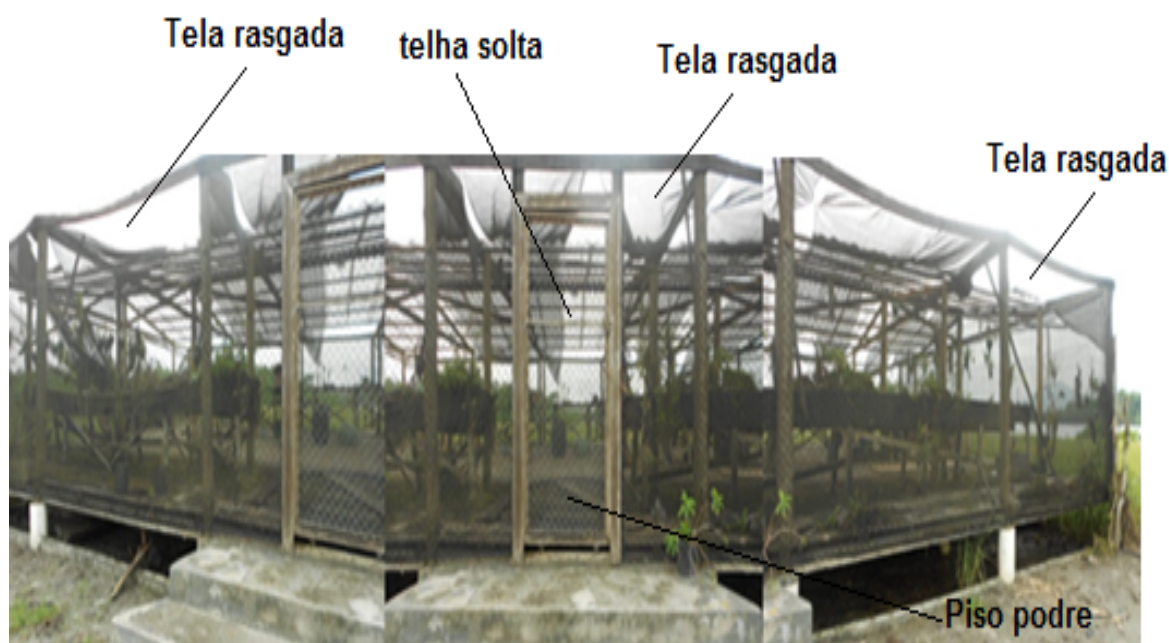


Figura 6: Viveiro de mudas na Ilha Diana (Foto: Luiz Antônio Março/2014).

Atualmente, porém, como pôde ser visto na comunidade, o viveiro está sem manutenção alguma e com risco de acidentes, estando, inclusive interditado, uma vez que o piso se encontra com seu madeiramento podre, com suas telas de cobertura rasgadas e com telhas soltas.

Segundo informações prestadas pelos monitores do projeto vida caiçara durante o roteiro ecoturísticos acompanhado pelos pesquisadores, a prefeitura pretende demolir o viveiro e levantar no local uma casa de cultura onde possam ser divulgados aos futuros turistas, os costumes e tradições da Ilha Diana.

Outra iniciativa para os moradores foi a pintura das casas da vila, através da parceria entre o projeto Ultramar (desenvolvido por artistas Plásticos da UNESP/SP) com os moradores locais e as tintas Coral (QUINTILIANO *et al.*, 2013). O intuito da iniciativa foi colorir as fachadas das casas e espaços públicos para que a vila ficasse mais bonita, resultando em uma pintura espacial comunitária, tanto nas residências, quanto nas áreas coletivas da vila. Além das moradias também foram pintadas as edificações públicas, como a Associação Comunitária, a Policlínica, a Escola, a Brinquedoteca e a Capela da Ilha. Todos os moradores aderiram, como pôde ser observado na comunidade (Figura 7).



Figura 7: Casas da Ilha Diana com as fachadas coloridas pelas tintas fornecidas pelas Tintas Coral e projeto Ultramar (Foto: Carlos Vinicius, Maio/2014).

Por fim, outra iniciativa do empreendedor, foi a criação da “brinquedoteca” construída em uma casa da vila com uma sala grande repleta de livros e brinquedos e uma cozinha pequena, mas, até Dezembro de 2014, ainda sem banheiro (Figura 8).



Figura 8: Casa onde funciona a sede da “brinquedoteca” da Ilha Diana (Foto: Carlos Vinicius, Maio/2014).

O principal programa que ocorre na brinquedoteca é um curso de férias que, em 2013 ocorreu entre 08-01 a 01-02, sobre a temática da educação ambiental, através de ações locais relacionadas ao meio ambiente e leituras (Anexo 3).

Tal programa tem por pano de fundo “contribuir para a construção de novos conhecimentos, habilidade e desenvolvimento de atitudes para a participação nos processos decisórios sobre os destinos da comunidade”, conforme pudemos ler, em Maio de 2013, no painel sobre o projeto exposto no centro comunitário da Ilha Diana.

5. Turismo de Base Comunitária (TBC) como perspectiva econômica à comunidade da Ilha Diana:

De acordo com Stori (2010), a Ilha Diana começou a ser procurada por turistas devido a uma visita promovida pelo projeto “Turismo Social” do SESC de Santos/SP. Neste caso, os turistas visitavam a comunidade em busca da culinária local baseada em frutos do mar servidos nos bares da vila (são cerca de cinco) e para aproveitar a paisagem o sossego do local. Neste trabalho, a autora destacou também que um dos eventos que mais chama à atenção e divulga a comunidade é festa do Bom da Ilha Diana (padroeiro da Vila).

Atualmente, vem se consolidando na Ilha Diana um programa nomeado de “Vida Caiçara: Educação Ambiental e Turismo Comunitário”. O projeto, surgiu de um diagnóstico socioambiental participativo realizado por uma equipe contratada pelo empreendedor para atender as exigências do licenciamento ambiental do Terminal Embraport no âmbito do Programa de Monitoramento da Obra de Dragagem de Aprofundamento do Canal de Acesso do Porto de Santos, realizado pela CODESP, no período de maio a novembro de 2010 e da condicionante número 2.15 da renovação da Licença de Instalação em 2011, emitida pelo IBAMA.

Resultante deste diagnóstico, realizado entre Setembro e Outubro de 2011, foi elaborado um documento das demandas locais da comunidade da Ilha Diana e, deste, iniciou-se o planejamento de: “ (...) um programa de educação ambiental com foco no desenvolvimento dessa comunidade, na recuperação de sua identidade cultural, na construção de laços de confiança e solidariedade e na geração de trabalho e renda (...) o projeto pretende alcançar indiretamente todos os moradores da comunidade, mas o foco direto serão as mulheres organizadas na Associação das mães e suas crianças e grupo de marisqueiras e pescadores” (PEA, 2012:12)

O diagnóstico realizado pelo Programa de Educação Ambiental (PEA) apontou possibilidades de desenvolvimento local relacionadas com a exploração turística do potencial paisagístico e recomendou a realização de ações de formação para qualificar a comunidade para a exploração do potencial turístico. Atividades relacionadas à pesca, ao turismo ecológico, culinária local, artesanato, panificação, foram possibilidades apontadas pelos diagnósticos.

Foi proposto também que o projeto vida caiçara levasse os moradores da Ilha Diana em outras comunidades locais que já desenvolvem ações solidárias e empreendedoras com geração de renda para troca de experiências e fortalecimento

do desejo de protagonizarem processos participativos voltados à geração de renda (Anexo 5).

Em outubro de 2012, foi feita a primeira reunião sobre o projeto Vida Caiçara envolvendo um grupo inicialmente formado por 24 moradores locais.

Desde 2012, a Embraport vem então, oferecendo suporte e recursos para a organização deste grupo de moradores que se dedica a ganhar as qualificações necessárias para conduzir as visitas monitoradas. Nesta capacitação, o grupo de moradores fazem um mergulho na história local e no conhecimento sobre o ambiente que os cerca.

O principal meio de comunicação impresso da região da baixada santista, o jornal “A Tribuna” destacou esta iniciativa no dia 25/01/2014 na reportagem “Fatia de Paraíso a Cinco Minutos do Centro”, descrevendo como o turismo que pode ser realizado na ilha Diana. A reportagem enfatiza: *“Navegar, apreciar a natureza, a cultura, comer um prato típico da região, tudo em um único dia num passeio de turismo a Ilha Diana”* (Anexo 6).

O projeto de turismo comunitário considerou criar um espaço de articulação coletiva no qual seriam reunidas representação da administração pública municipal de Santos, o SEBRAE, setores da pesca e do turismo; considerou-se, ainda, que os jovens da comunidade poderiam ser alvo de capacitações específicas para atender a demanda por mão de obra nas empresas portuárias da região, mas fica claro nas propostas do relatório do diagnóstico participativo, que esta questão dependeria de estudos de viabilidade, levantamentos sobre a demanda atual e futura junto às empresas, assim como levantamentos sobre onde, como e, os pré-requisitos para as formações (PEA, 2012).

O turismo é um fenômeno em expansão no mundo, movimentando cada vez mais pessoas e em crescente volume de capital. O planejamento e a gestão turismo vêm apresentando-se como uma grande preocupação para todos os profissionais interessados na sustentabilidade da atividade e na conservação dos ambientes naturais (SEABRA, 2001).

Neste contexto, destaca-se que a realização de parcerias é condição essencial para democracia participativa e a sustentabilidade é imprescindível que o *trade* turístico, o poder público e organizações do terceiro setor, auxiliem às comunidades a atingir os objetivos propostos (ARAÚJO e GELBCKE, 2008).

Diversos estudos mostram que os usuários de recursos naturais devem ser parte integrante dos processos de tomadas de decisão para a conservação dos recursos naturais dos quais dependem; enfatizam estes autores que apenas o processo participativo pode ter êxito, pois do contrário, as populações locais são submetidas a regras de uso impostas as quais não se identificam e, muitas vezes, estão equivocadas aos contextos locais (ADGER 2000; BEGOSSI, 2010).

As propostas locais de alternativas de renda que sejam mediadas por regras próprias da comunidade em conjunto com os órgãos competentes, são fundamentais para direcionar a exploração dos recursos naturais e socioculturais (DREW, 2005; HAGGAN *et al.*, 2003).

Para tanto, porém, uma das maiores dificuldades em relação as comunidades costeiras é a organização social, que aparece pouco sólida na maior parte dos casos conhecidos (OLIVEIRA, 2010 LOPES *et al.*, 2013).

Neste contexto, recentemente em Itanhaém, na baixada santista, foi realizado o I Encontro de Turismo Sustentável Na Baixada Santista em Novembro de 2013. Neste evento foi realizado pelo Instituto Polis e Ecosurfi e coordenado pela responsável do curso de Turismo da PUC/SP, estiveram presentes diversas associações locais, incluindo a comunidade da Ilha Diana, e instituições públicas e representantes de instituições científicas, no qual se discutiu as diretrizes para o TBC e para o desenvolvimento sustentável.

Estiveram presentes representantes das seguintes localidades e instituições: Núcleo Picinguaba, Ubatuba/SP representado pela Fundação Florestal; Projeto Tecendo Águas: Instituto Supereco; Representante da Comunidade Caiçara de Ilha Diana, Santos (SP); Agência Paulista de Tecnologias do Agronegócio (APTA – Núcleo Ubatuba/SP) e Projeto Circuito Quilombola do Vale do Ribeira; Ecosurfi Brasil; Rede Cananéia (SP); Museu do Folclore; FUNAI; Associação dos Monitores Ambientais de Peruíbe/SP – AMAP e Restaurante Culinária Caiçara Mãos de Pilão (Peruíbe/SP).

Deste evento, resultaram algumas diretrizes associadas ao TBC na Baixada Santista, incluindo a Ilha Diana que foram publicadas nos anais do encontro. O interessante deste encontro foi não somente identificar quais as demandas em relação ao turismo e propostas de serviços para as comunidades locais, quanto também quais os respectivos fatores limitantes disto.

Os dados oriundos deste encontro foram analisados e compilados pelos pesquisadores e estão apresentados na tabela abaixo (Tabela 2).

Tabela 2: Oferta de serviços de Turismo de Base Comunitária (TBC), infraestrutura necessária e limitantes.

Ampliação e diversificação da oferta nos serviços de TBC	Infraestrutura	Fatores Limitantes
Roteiros de gastronomia; Venda de artesanato; Passeios diurnos/noturnos nos rios e trilhas voltados à observação de fauna e flora locais; Visitação às atividades de pesca artesanal e maricultura; Atividades relacionadas a pesca esportiva; Atividades de mergulho, remo, surf e canoagem; Atividades de grupos artísticos regionais (dança, saraus, leituras, etc.) Criar centros de estudo do meio e pesquisa de campo para escolas e Universidades	Investimento aos serviços de receptivo turístico; Investimento em hortas comunitárias e outras formas de serviços de gastronomia tradicional; Investimento a espaços de produção e comercialização de produtos artesanais;	Falta de envolvimento das comunidades quanto às decisões políticas a serem tomadas; Ausência de ações de formação/capacitação continuadas para turismo de base comunitária; A insistência da leitura preservacionista na gestão das unidades de conservação no Estado de São Paulo em não incorporação dos povos e comunidades tradicionais nos planos de manejo; Ausência de continuidade das ações dos governos locais e falta de transparência nas ações Segurança Pública frágil; Falta de organização e articulação em rede entre grupos na sociedade, instituições públicas e privadas e governo.

Fonte: Tabela adaptada pelos autores a partir dos dados disponibilizados nos anais do Encontro de Turismo Sustentável na Baixada Santista de 12 a 21 de Novembro de 2013. ([Litoralsustentavel.org.br/cadernos-tematicos/cadernos-tematicos-turismo-sustentavel](http://litoralsustentavel.org.br/cadernos-tematicos/cadernos-tematicos-turismo-sustentavel))

Mesmo enfrentando a complexidade socioambiental do desenvolvimento econômico em comunidades locais, a vida na Ilha Diana está em transformação e os moradores locais tendem a se adaptar as novas atividades locais para continuar a sobreviver no local. A tabela 3 a seguir, foi elaborada pelos pesquisadores partindo-se de trabalhos anteriores na região, para uma compilação e atualização de iniciativas que ocorreram nos últimos anos relacionadas ao desenvolvimento local.

Tabela 3- Histórico de Transformação na Ilha Diana.

Antes de 1930	Intensiva produção de banana nesta porção do litoral paulista na primeira metade do Século XX Folhas de mangue eram utilizadas para fabricação de tanino, e usadas como remédio
1930-1960	Mudança de 4 famílias para a Ilha Diana Construção da pista da Base Aérea de Santos Primeira Festa do Bom Jesus em 1954 Construção da Rodovia Piaçaguera (SP 055)

1960-1980	Chegada da água (Governo do Interventor Paulo Barbosa/1965) Primeiro posteamento trazendo energia elétrica (Governo do Interventor Paulo Barbosa/1965) Chegada da Imagem do Bom Jesus de Iguape a Ilha Diana
1980-2000	Segundo Posteamento (1983) Construção da Escola (1983) Chegada da televisão a bateria (1986) Início da construção de casas em alvenaria Construção da policlínica (Prefeita Municipal Telma de Souza 89/92) Início do funcionamento da barca (Prefeita Municipal Telma de Souza 1989/1992. Funcionamento efetivo da policlínica (Prefeito Municipal Beto Mansur 1997/2000.
2000-2008	Troca do nome do Santo para Bom Jesus da Ilha Diana (2000). Chegada do Orelhão a Ilha Diana (2000). Instalação dos relógios de Água pela Sabesp (2005). Internet na escola (2006). Brinquedoteca (2006) Parceiro do saber (2006) EJA- Ensino de Jovens e Adultos (2006) ENCCEJA- Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (2007) CRAS- CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL (2007) 1ª reforma da capela de Bom Jesus (2007) Início das Intervenções da Embraport (2007) Início da reforma do atracadouro pela Embraport (2007) Procissão de barco da festa de Bom Jesus após 2 anos sem ocorrer
2008-2014	Prover – A AÇÃO GERANDO TRANSFORMAÇÃO (2008) Programa de Educação Ambiental para crianças (2008) Construção do Viveiro de Orquídeas e Bromélias (2008) Construção de muro de arrimo pela Embraport (2008) Melhoria da travessia de barca pela CET (2009) Criação do projeto Vida Caiçara pela Embraport (2012) Última festa de Bom Jesus da Ilha Diana (2013) Apresentação do Programa viva Bairro pelo Prefeito de Santos (2013) Curso para monitores do projeto Vida Caiçara (2014) Reforma da Capela de Bom Jesus da ilha Diana (2014)

Fonte: Tabela adaptada de Stori (2010), complementada pelos autores.

5.1. Um dia de roteiro turístico e curso de capacitação de monitores na Ilha Diana dentro do projeto vida caiçara: educação ambiental e turismo comunitário:

O objetivo maior do projeto vida caiçara é formar um empreendimento solidário com a formação de um grupo de moradores decididos a se qualificar para realizar as visitas monitoradas (PEA, 2012).

O projeto foi lançado oficialmente em Junho de 2014, e em Outubro deste ano iniciaram-se os cursos de capacitação de monitores para o turismo, apoiado pela prefeitura municipal de Santos para um grupo de 15 moradores e carga horaria de 48 horas. A empresa responsável pela execução do curso é a Caiçara Expedições,

especializada em roteiros e projetos de turismo na cidade de Santos (<http://www.caicaraexpedicoes.com.br/antigo/>).

De acordo com a empresa responsável pela formação dos monitores, a capacitação de turismo receptivo tem por objetivo preparar o morador para o acompanhamento, orientação e transmissão de informações a todos os tipos de pessoas, oferecendo a oportunidade de conhecerem e colocarem em prática as técnicas necessárias na execução do roteiro (ANDRADE, 2014).

“(...) A qualificação dos monitores levará a melhoria do atendimento aos visitantes, além de envolver os jovens no resgate de informações históricas, contribuindo para a preservação da cultura local (...)” destacou o diretor da Embraport, em nota informativa de 14/10/2014 no site da empresa (<http://www.terminalembraport.com.br/embraport-promove-curso-de-capacitacao-para-moradores-da-ilha-diana/>).

Ao chegar na Ilha, os monitores do projeto recepcionam os turistas com um café da manhã na sede da sociedade melhoramentos da Ilha Diana, no qual os turistas e os monitores se apresentam uns aos outros e estes últimos, explicam os objetivos do projeto vida caiçara.

A seguir, os turistas são convidados a acompanhar os monitores por um passeio pela Ilha, no qual é contada a história da formação da Vila da Ilha Diana e são feitas paradas em pontos estratégicos que demonstram a realidade local. A primeira parada foi no viveiro de mudas, que está interditado por falta de manutenção como já discutimos neste trabalho; segundo as informações dos monitores, o viveiro será demolido e no local será construído uma casa de cultura caiçara. Além disto, nesta parada os monitores informaram também que será explorada nos próximos roteiros turísticos, uma pequena praia de rio que se forma na maré baixa, na parte de trás da Ilha Diana.

A parada seguinte é visita na Capela do Bom Jesus, local tradicionalmente utilizado pelos moradores, inclusive homenageando o santo padroeiro da Vila na famosa festa anual de Bom Jesus. Contudo, destaca-se que, atualmente a igreja está em reforma, e a comunidade foi prejudicada com isto. As obras atrasaram, impedindo a celebração da festa religiosa anual na Ilha no ano de 2014 e mais que isto, parte da nova capela foi erguida embaixo de fios de alta tensão das novas

instalações elétricas da Vila, o que gerou um impasse na conclusão da obra de reforma da igreja.

Depois da visita na igreja, o grupo foi conduzido pelos monitores até a brinquedoteca instalada na Ilha. Na brinquedoteca, é feita uma explicação pela bióloga responsável pelo programa de educação ambiental da brinquedoteca, sobre todo o processo de dragagem do canal de navegação do porto de Santos, trazendo aos turistas participantes, a realidade conflituosa dos impactos ambientais negativos gerados na região.

Por fim, é feita uma visita ao campo de futebol onde ocorrem campeonatos regionais tradicionais e o retorno ao centro comunitário para o almoço. O almoço é produzido por moradores que fazem parte do grupo que integra o projeto, mas não são monitores, e sim cozinheiros da culinária caiçara.

A culinária está contemplada, pois o projeto repassou recursos para a compor a cozinha comunitária na Ilha Diana, na qual são as mulheres da comunidade que elaboram almoços com pratos tipicamente caiçara.

O roteiro termina após o almoço com uma reunião, na qual os turistas são convidados a dar um parecer sobre o dia. Nesta ocasião, foi debatida a necessidade de se criar um local na Vila para que os moradores pudessem comercializar artesanatos relacionados ao seu modo de vida (utensílios com recursos naturais locais) e também ao próprio projeto de TBC como, por exemplo, camisetas, adesivos, cartões postais, etc.

Neste contexto, vale destacar que no cronograma inicialmente proposto para o desenvolvimento do PEA é destacada a importância de desenvolver o retorno econômico para a comunidade através de atividades de artesanato (Anexo 6).

Este roteiro, ao qual participamos como parte da pesquisa, não incluiu o passeio de barco pelo estuário, como é previsto dentro do projeto de TBC do vida caiçara, pois por enquanto, a parte do passeio pelo estuário está em fase de planejamento dentro do projeto, aguardando, inclusive, embarcações e barqueiros organizados para tal.

O roteiro que acompanhamos teve um custo por pessoa de R\$30,00 revertendo renda ao barqueiro e aos cozinheiros. Contudo, a geração de renda a partir dos roteiros de TBC na Ilha ainda é incipiente e está em fase de solidificação,

assim como o próprio desenvolvimento dos roteiros em si. O próprio preço pago à este roteiro ainda não é o definitivo.

Em Dezembro de 2014, acompanhamos um dia de treinamento com todos os monitores, no qual cada monitor apresentou um resumo dos pontos mais interessantes na comunidade da ilha Diana que poderiam ser desenvolvidos nos roteiros turísticos. Após este primeiro momento, os profissionais responsáveis fizeram uma exposição aos monitores sobre como produzir e gerenciar uma planilha de custos dentro de projetos de TBC. Este tema causou inúmeras dúvidas por parte dos participantes e foram agendados outros encontros para terminar a capacitação deste conteúdo.

Apesar da capacitação dos moradores estar em pleno processo de consolidação, se avaliarmos o cronograma inicialmente proposto, até o momento, a geração de renda, tanto dos roteiros, quanto da comercialização de produtos do artesanato local, ainda não está efetivada.

Além disto, até o final do ano de 2014, não foram planejadas iniciativas em relação à qualificação dos jovens moradores interessados nos trabalhos relacionados ao porto de Santos, que aparece no planejamento inicial do PEA trazido dos acordos do EIA-RIMA.

O fato é que desde 2012, quando iniciou-se o planejamento do programa, o relatório do diagnóstico participativa do PEA (2012), já destacava que “(...) há um longo caminho a ser percorrido, portanto trata-se de um trabalho a ser construído em etapas, com ações de curto, médio e longo prazo, com respeito ao ritmo próprio da comunidade e com avaliações periódicas (...) e, assim, segue-se até hoje o processo de implementação do turismo de base comunitária na Ilha Diana.

6. CONCLUSÃO:

O estudo feito na Ilha Diana evidenciou primeiramente, os conflitos e limites do desenvolvimento de programas educacionais, a princípio democráticos, mas que incluem diferentes esferas sociais e políticas. Diante desta realidade, destaca-se também a importância da diversificação da economia local para ampliar as oportunidades de geração de renda em comunidades que vivem sob influência do desenvolvimento urbano-industrial.

A manutenção da diversidade social, cultural e ambiental é hoje, sem dúvida, um desafio, com ainda maior relevância em regiões nas quais o desenvolvimento urbano impactou negativamente, destruindo modos de vida tradicionais, como é o caso da Ilha Diana. E, para se atingir este objetivo, é necessário, além do envolvimento das empresas geradoras dos impactos negativos (os empreendedores), políticas públicas mais abrangentes, com bases no desenvolvimento cultural

Nesse contexto, o TBC, por meio da prática da autogestão, com participação e tomada de decisão pela comunidade, pode transformar o atual padrão das atividades produtivas como uma nova fonte geradora de bens econômicos que valorizam o desenvolvimento local inclusivo.

Destaca-se que, as respostas a este desafio partem certamente de comunidades locais que ainda expressam parte de seus saberes e práticas tradicionais e são potenciais atores nas transformações socioculturais de seus ambientes.

Diante de todo o processo de desenvolvimento e avaliação desta pesquisa sobre a realidade da Ilha Diana, concluímos que:

- 1- A aprovação pelo órgão competente do empreendimento portuário foi baseada em questões econômicas e políticas, à margem dos prejuízos socioambientais que envolviam a comunidade da Ilha Diana e seu ambiente de entorno.
- 2- Programas efetivos de compensação ambiental relacionados a melhoria de qualidade de vida de comunidades locais no entorno de áreas afetadas por empreendimentos, demandam anos de planejamento e prática, e necessitam monitoramento contínuo para que as populações possam de fato, se apoderar de novas formas de obtenção de renda.

Visando contribuir com o desenvolvimento da comunidade da Ilha Diana dentro desta nova realidade do turismo de base comunitária ali incipiente, sugere-se que:

1. Seja continuada a capacitação dos moradores locais como guias para os roteiros turísticos com afinco, e mais que isto, que os

moradores sejam também capacitados para a auto-gestão do programa de TBC como um todo.

2. Sejam efetivas as atividades rentáveis relacionadas ao artesanato feito com uso dos recursos naturais locais, como é tradicionalmente explorado pelas comunidades caiçaras, bem como a capacitação dos moradores para a comercialização desta produção.

7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADGER, W. N. (2000). Social and ecological resilience: are they related? **Progress in human geography**, 24(3), 347-364.
- ADATO, M. M. R; Carter; J. May. (2006). Exploring poverty traps and social exclusion in South África using qualitative and quantitative data. **Journal of Development Studies** 42:226-247.
- AGEM - **Agência metropolitana da Baixada Santista**. 02/07/2014. Indicadores metropolitanos da Baixada Santista. (AGEM). Disponível em: www.agem.sp.gov.br
- ANDRADE, M. (2014). Embraport promove curso de capacitação para moradores da Ilha Diana. Notícias do Blog da Embraport – Informações para a Imprensa. Disponível em: <http://www.terminalembraport.com.br> acessado em: 14/10/2014.
- ARAÚJO, G. P; GELBCKE, D. L. (2008). Turismo Comunitário: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. **Revista Turismo Visão e Ação**.
- BAUMAN, Z. (2003). **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 144p.
- BAUMAN, Z. (2005). **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 112p.
- BAILEY, C e POMEROY, C. (1996): Resource dependency and development options in coastal Southeast Asia. **Society & Natural Resources: An International Journal**, 9:2, 191-199.
- BEGOSSI, A. (2010) (a). O manejo da pesca artesanal. *In*: BEGOSSI, A e Lopes, P.F. LOPES, OLIVEIRA L.E.C. e NAKANO, H. 2010. **Ecologia de Pescadores Artesanais da Baía da Ilha Grande**. Editora RIMA: São Carlos. Pp.235-286.
- BEGOSSI, A. 2010 (b). Small-Scale Fisheries in Latin America: Management Models and Challenges. **MAST**, v.9 (2), p.7-31, 2010.
- BEGOSSI, A; MAY, P. H; LOPES, P. F; OLIVEIRA, L. E; Da VINHA, V; e SILVANO, R. A. (2011). Compensation for Environmental Services From Artisanal Fisheries in SE Brasil: Policy and Technical Strategies. *Ecological Economics*, 71, 25-32.
- BENE, C. 2003. When fishery rhymes with poverty: a first step beyond the old paradigm on poverty in small-scale fisheries. **World Development** 31:949-975.
- BERKES, F; FOLKE, C; GADGIL, M.1995. Traditional ecological knowledge, biodiversity, resilience and sustainability. *In*: **Biodiversity Conservation**. C.A. Perrings, K.G. Mäler, C. Folke, B.O. Jansson & C.S. Holling, (Eds.) Kluwer Academic Publishers, Dordrecht, pp. 281-299.

- BRETAS, E. e SIGRIST, T. (1996). Desenho Científico de Aves. Anais do V Congresso Brasileiro de Ornitologia. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo. [infoportodesantos.blogspot.com.br](http://portogente.com.br/avesnoporto/) ou <http://portogente.com.br/avesnoporto/>
- BROHMAN, J. (1996). New Directions in Tourism for the Third World. **Annals of Tourism Research** 23(1):48-70.
- CARTER, M. R; C. B. Barrett. (2006). The economics of poverty traps and persistente poverty: an asset-based approach. **Journal of Development Studies** 42:178-199.
- CADERNOS TEMÁTICOS Turismo Segurança Alimentar e Nutricional, Segurança Pública, Projeto Litoral Sustentável - Desenvolvimento com Inclusão Social 12 e 21 de novembro 2013. Disponível em: litoralsustentavel.org.br/cadernos-tematicos/cadernos-tematicos-turismo-sustentavel acessado em Maio de 2014.
- CETESB - COMPANHIA ESTADUAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL (1991). Avaliação do estado de degradação dos ecossistemas da Baixada Santista – SP. São Paulo: CETESB. 32 p.
- CLAUZET, M. (2008). Histórico e permanência da pesca artesanal como atividade econômica na Enseada do Mar Virado, Ubatuba/SP. *In*: Grostein, M. **Ciência Ambiental: questões e abordagens**. São Paulo: Annablume: Fapesp. Pgs. 111-130.
- COIMEX, (2014). Coimex Empreendimentos e Participações Limitadas. (2014). Disponível em: www.coimex.com.br Acessado em: 20 Abr. 2014.
- CRUZ, R. De C. (2000). Turismo, Território e o Mito do Desenvolvimento. *Espaço e Geografia, Espaço, Turismo e Desenvolvimento*. v.3, 19-26.
- DASGUPTA, P. 1997. Nutritional status, the capacity for work, and poverty traps. **Journal of Econometrics** 77:5-37.
- DIEGUES, A. C. S. (1983). **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática. Ensaios 94.pg 287.
- DIEGUES, A. C. S. (1988) Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras. *In*: **CONFERÊNCIA DA UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DOS RECURSOS NATURAIS**. Volume 4. São José, Costa Rica.40 p
- DIEGUES, A. C. S. (1989). Desenvolvimento sustentado, gerenciamento geoambiental e dos recursos naturais. Cadernos FUNDAP/ junho, n-16.
- DIEGUES, A. C. S. (1998). **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC. 169p.

- DIEGUES, A. C. S. (2002). **Povos e água: inventário das áreas úmidas brasileiras**. 2 ed. São Paulo, Brasil: NUPAUB-USP. Universidade de São Paulo/SP. 597 p.
- DIEGUES, A. C. (2004). **Pesca construindo sociedades**. São Paulo: NUPAUB-USP. Universidade de São Paulo. 315 p.
- DREW, J. (2005). Use of tradicional ecological knowledge in marine conservation. **Conservation Biology** 19: 1286-1293.
- EMBRAPORT. (2003 b). Terminal Portuário Embraport. EIA/RIMA Volumes I a VI e Anexos. CD-ROM. São Paulo. MKR Tec., Ser., Ind. e Com. Ltda.
- FABIANA, L. (1999). Ilha Diana: enraizamento cultural caiçara. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). 91 págs.
- FAMS (1993). Fundação Arquivo e Memória de Santos. <http://www.fundasantos.org.br/page.php?203> acessado em 3/09/2013.
- FRISCH, J.D. & FRISCH C.D. (2005). **Aves Brasileiras e plantas que as atraem**. Dalgas Ecoltec: São Paulo/SP. págs. 480
- GOMEZ-POMPA, A e KAUS, A. (1992). Taming the wilderness myth. **BioScience** 42 (4): 271-279.
- HAGAN, N; BRIGNALL, C; WOOD, L. (2003). Putting fisher's knowledge to work: conference proceedings. **Fisheries Centre Research Reports**. Fisheries Centre, University of British Columbia, Canada. v.11. 504 pp.
- IBGE, (2014). Cidades, Santos. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil> acessado em 04 de Julho 2014.
- INSTITUTO ECO BRASIL (2014). Disponível em <http://www.ecobrasil.org.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=352&sid=64> acessado em 01 de Julho de 2014
- JOHANNES, R. E; FREEMAN, M. M. R; HAMILTON, R.J. (2000). Ignore fishers' knowledge and miss the boat. **Fish and Fisheries** (1): 257-271.
- LACERDA, L.D. (1984). Manguezais florestas de beira-mar. **Revista Ciência Hoje**, v.3, n.13, p. 62-70.
- LAMPARELLI, C.C. (1999). **Mapeamento dos ecossistemas costeiros do Estado de São Paulo**. São Paulo, Brasil: Secretaria do Meio Ambiente, CETESB. 106 p.
- LOPES, P. F. (2010). O pescador artesanal da Baía da Ilha Grande. *In*: Begossi, A Lopes, P. F.; Oliveira, L. E. C.; Nakano, H. (Org). **Ecologia de Pescadores Artesanais da Baía da Ilha Grande**. Ed. RIMA, São Carlos. 15-72 pp.

- LOPES, P. F, Silvano, R. A, e Begossi, A. (2011). Extractive and Sustainable Development Reserves in Brasil: Resilient alternatives to fisheries?. **Journal of Environmental Planning and Management**, 54(4), 421-443.
- LOPES, P. F. M; Rosa, E. M; Salyvonchik, S; Nora, V e Begossi, A. (2013). Suggestions for fixing top-down coastal fisheries management through participatory approaches. **Marine Policy**, 40, 100-110.
- LUEDERWALDT, H. (1919). Os manguezais de Santos. Revista do Museu Paulista, Tomo (11): 309-409. *In*: Moreira Junior, W. A pesca artesanal no complexo estuarino da Baixada Santista (SP) e sua relação com os impactos ambientais na perspectiva das comunidades locais. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesca, Santos/SP. 345.p. 2008.
- MESQUITA, F; NORA, V. N.; BEGOSSI, A. CLAUZET, M. (2012). Frequency of occurrence of the fishing gears used in the community of Praia Grande in Paraty, RJ. **Bioscience**. (1): 1-5.
- MKR TEC., SERV., IND. E COM. LTDA. (2003). ENG. LUIZ ALBERTO MAKITAS MEICHES responsável pela execução do EIA-RIMA do Terminal Portuário Embraport, Outubro de 2003.
- MOTTA (2000). Cultura identidade e desenvolvimento: Um caminho para uma nova realidade Santos. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos. Disponível em www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos. Acessado em: 30 de Abril 2014.
- MOREIRA JUNIOR, W. (2008). A pesca artesanal no complexo estuarino da Baixada Santista (SP) e sua relação com os impactos ambientais na perspectiva das comunidades locais. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesca, Santos/SP. 345.p.
- MOREIRA JUNIOR, W. (2010). ADAPTAÇÕES DOS PESCADORES ARTESANAIS AOS IMPACTOS AMBIENTAIS SOBRE OS MANGUEZAIS DO ESTUÁRIO DA BAIXADA SANTISTA. Universidade Estadual Paulista (UNESP). Fórum de Tecnologias Ambientais. 23 págs. disponível em www.revistas.usp.br/ceru/article/viewFile/11904/13681
- MORAES, A. C. R. (1999). **Contribuições para Gestão da Zona Costeira Brasil: Elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Hucitec/Edusp, São Paulo. 229 págs.
- NASCIMENTO, D.S. e PEDRO, G. R. (2005). A comunidade de pescadores da Ilha Diana. Santos: revista Eletrônica Patrimônio: Lazer e Turismo. Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio . Acesso em: 10 de julho de 2014.
- OLIVEIRA, L. E. C. (2010). A percepção da conservação na Baía da Ilha Grande. *In*: Begossi, A; Lopes, P. F.; Oliveira, L. E. C.; Nakano, H. (Org). **Ecologia de Pescadores Artesanais da Baía da Ilha Grande**. Ed. RIMA, São Carlos. p. 235-286.

- ORGANIZACAO MUNDIAL DE TURISMO (OMT) 2003. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Ed. Bookman Companhia, 2003. 168 p.
- PEA- PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (2012). Relatório da proposta de programa de educação ambiental para a comunidade da Ilha Diana. Revisão 01. Terminal Portuário Embraport. p. 26.
- POSEY, D. A. (1983). Indigenous knowledge and development: an ideological bridge to the future. **Ciência e Cultura**, 35:877-94.
- PNUD, 2014. ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/santos_sp acessado em 21 de Julho de 2014.
- QUINTILIANO L. ADINOLFI M. VALENTE A. (2013). **ULTRAMAR – ILHA DIANA: PAISAGENS COMUNS. PROJETO CORES NO DIQUE – IA/UNESP**, São Paulo/SP. 2013.
- REDFORD, K. 1990. The Ecologically Noble Savage. **Orion** 9(3):25-9.
- ROMANI, C. (2004). Uma análise do zoneamento ecológico da Baixada Santista. Anais do 8 °. Congresso Internacional de Direito Ambiental. Fauna, políticas públicas e Instrumentos legais. Instituto O Direito por um Planeta Verde. São Paulo/SP. Disponível em: www.unirio.academia.edu/CarloRomani acessado em: Março 2014.
- ROMANI, C. (2010). Comunidades caiçaras e expansão portuária em Santos – uma Análise histórica do conflito. **Revista Científica Integrada**. – UNAERP Campus Guarujá – Ano 1 – Edição 1.
- ROSÁRIO, B. A. (2010). Políticas de turismo e desenvolvimento socioespacial no município de Soure (Ilha do Marajó-Pará): O Turismo de Base Comunitária como alternativa. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (Faculdade de Geografia e Cartografia), IFCH. Universidade Federal do Para; Pp. 138.
- SANSOLO, D. (2009). **Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil**. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem. págs. 508.
- SANTOS, F. M. (1952). Jornal santista A Tribuna de Santos. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0375.htm> acessado em abril de 2014.
- SILVANO, R. A. M., MACCORD, P. F. L., LIMA, R. V., E BEGOSSI, A. (2006). When does this fish spawn? Fishermen's local knowledge of migration and reproduction of Brazilian coastal fishes. **Environmental Biology of Fishes**. (76) 371–386. doi: 10.1007/s10641-006-9043-2.

- SILVA, M. (2005). Ilha Diana Suplemento Especial Ano 1 Edição 1 novembro. Trabalho de Conclusão de Curso Faculdade de Artes e Comunicação. UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA (UNISANTA). Pp.11-12.
- SEABRA, G. F. (2001). **Ecoss do turismo: O turismo ecológico em áreas protegidas**. Papirus: Campinas, SP. págs. 95.
- SCHAEFFER-NOVELLI, Y. (1995). **Manguezal ecossistema entre a terra e o mar**. São Paulo, Caribbean Ecological Research, p7.
- SCHAEFFER-NOVELLI, Y. (1991). **Ecossistema Manguezal e suas comunidades**. Curso de Difusão Cultural, Depto. Ecologia USP. 3 a 7/6/91.
- SCHAEFFER-NOVELLI, Y.; CINTRON, G (1990). Status of mangrove resech in Latin America and the Caribbean. **Bol. Inat. oceanogr**. S.Paulo.38(1): 93-97.
- STORI, F. T. (2010). Adaptatividade e Resiliência no Sistema Sociológico da Comunidade Caiçara da Ilha Diana - Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós Graduação em Ecologia e Recursos Naturais Pg. 241.
- TEIXEIRA, F. (2009). Odebrecht e grupo de Dubai compram 51% da Embraport. Jornal Valor econômico. Acessado em 19 de Julho 2013. Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1286482-9356,00-ODEBRECHT+E+GRUPO+DE+DUBAI+COMPRAM+DA+EMBRAPORT.html
- THE MOUNTAIN INSTITUTE (2014) Community-Based Tourism for Conservation and Development: A Resource Kit, The Mountain Institute (2000) Disponível em: <http://mountain.org/publications> acessado em 04 de Junho de 2014.
- VALE, M. (2011). Pesca Artesanal na Ilha Diana e Meio Ambiente: Um Estudo de Caso. **Revista Brasileira de educação ambiental**. Rio Grande. (6): 71-75, 2011
- VANUCCI, M. (1999). **Os manguezais e nós: uma síntese de percepções**. Tradução Denise Navas Pereira. São Paulo: EDUSP. 233 págs.
- VIANA, V. (1999) Conceito de desenvolvimento sustentável. **Ambiente & Sociedade**. Disponível em pdf: www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a21.pdf
- VIANA, M. A. (2010). Navegando pelas ondas do desenvolvimento- Baixada Santista em busca de um porto seguro: desenvolvimento, metropolização e os (des) compassos da gestão urbano-regional em múltiplos olhares sociais. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 446 págs.
- VICENTE, C. E. (2002). Sitio Conceiçãozinha. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de História. Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). 91 págs.
- WCDE - **World Commission on Environment and Development** (1987). Relatório elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento pré

Agenda 21. Relatório Brundtland, “Nosso Futuro Comum

WARREN, D. (1996). **Ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. Companhia das Letras: São Paulo/SP. Pp. 484.

ZEE- Zoneamento Econômico Ecológico da Baixada Santista (2014). Disponível em: http://www.ambiente.sp.gov.br/cpla/files/2011/05/ZEEBaixadaSantista_Encaminhado-SMA.pdf acessado em 21 de Julho de 2014.

ANEXOS

Anexo 1.

Reportagem do Jornal A Tribuna de Santos de 10/12/2013 com o cientista social Universidade de Paulo Antonio Carlos Diegues sobre a importância cultural da comunidade da Ilha Diana para o município de Santos.



No que a cultura caiçara contribui para a identidade brasileira?

Assim como sertanejos, seringueiros na Amazônia e caboclos, eles são os formadores da nossa cultura e da nossa história, além dos índios, negros e imigrantes. Quer dizer, a cultura brasileira deve muito a essa população que ocupou o litoral, os rios e o interior. Mas isso nunca foi totalmente reconhecido no Brasil.

Por que isso acontece?

Existiu e ainda existe muito preconceito, como se os caiçaras fossem ignorantes. Um absurdo, porque quem convive com eles sabe o duro que dão. Eles seguem o relógio da natureza, das marés, dos ventos. Não vão sair quando sabem que não tem peixe. Têm um conhecimento fantástico do mundo natural. E isso vem sendo recuperado pelas universidades. Hoje, existem muitos mestrandos e doutorandos que estudam essa questão do conhecimento tradicional, coisa que as cidades ignoram.

Quais fatores prejudicam a cultura caiçara?

Basta notar o que aconteceu em Ubatuba com a especulação imobiliária. Quando os paulistanos chegaram ao litoral, encontraram os caiçaras na praia, e a forma para justificar moralmente a tomada de terra deles era dizer que não a mereciam porque não a trabalhavam, pois eram preguiçosos. Isso não aconteceu só no Brasil, mas no mundo inteiro. A forma de você pegar a terra dos outros é dizer que eles não são humanos. Em segundo lugar, os caiçaras foram aliçados pelas chamadas áreas protegidas, como a da Jureia. Hoje, praticamente 80% das áreas em que os caiçaras viviam, incluindo o litoral Norte, são protegidas. Os pescadores não po-

dem cortar mais nenhuma madeira para fazer canoa, não podem fazer sua roça, encontram limitações para fazer seu artesanato. Não precisava ser assim.

O que mais define um caiçara além dessa geografia?

O modo de vida baseado na associação da pequena agricultura de mandioca e arroz para subsistência e a pesca artesanal. O que faz o caiçara são essas atividades, além do seu modo de falar, porque ele tem uma espécie de dialeto que vem do português antigo, do tempo da colonização. Essas áreas ficaram muito tempo isoladas da Capital, sobretudo no Vale do Ribeira e em Ubatuba, pois não existiam estradas. O transporte era feito do Norte de Paraty para Santos pelas famosas canoas de voga (remo). Eram canoas enormes, de dez metros de comprimento e boca de um metro e meio de largura, que não é mais construída, na qual os pescadores traziam tonéis de aguardente, peixe seco, farinha para negociar em Santos e voltavam para Iguape e Cananeia, pois, até o começo do século 20, não tinha estrada nenhuma.

O que sobrou das comunidades caiçaras em Santos?

Há remanescentes como na Ilha Diana e na encosta da Serra do Mar. Santos foi sempre um centro regional, que atraía caiçaras do litoral Norte e Sul não para o porto, mas para o corte da banana e a pesca da tainha, que reunia a comunidade inteira. Eles sempre tiveram contato com Santos, que era de onde traziam as novidades, como rádio a pilha. Santos sempre foi um porto para eles.

Você percebe resistência por parte dos pescadores?

Começa-se a recuperar essa tradição caiçara, até porque eles começaram a reagir e passar para algum protagonismo. Eles começaram a reagir contra a especulação imobiliária de alto nível, pois se sentiram enganados durante a transferência da posse de terras, muitos por não saberem ler.

Existe, também, uma reação por meio da cultura?

Sim, começou a renascer parte da cultura que estava esquecida, como o fandango, a rabeca e a culinária caiçaras. Ajudadas por institutos de pesquisa e ONGs, essas culturas começaram a se reequilibrar. Vejo isso em Iguape, Cananeia, onde existem as Redes de Cultura, e na Jureia.

Como os caiçaras deveriam ser vistos pela sociedade?

Como vigilantes da natureza, pois eles conhecem a mata como ninguém. Têm uma capacidade incrível de reconhecer seu território e quem passa por ele, tanto que um caiçara com casa na praia sabe quem passou por lá pelas pegadas na areia. Se fossem adequadamente incorporados nesse processo de conservação da natureza, até a fiscalização seria mais fácil, pois eles ajudariam denunciando se tem um palmitreiro ou um madeireiro agindo na região. Mas eles são sistematicamente expulsos e isso é uma besteira política e ambiental, pois é justamente na área caiçara que existe a maior parte da Mata Atlântica conservada, diferentemente do interior, onde as florestas foram destruídas pela cultura da cana de açúcar e dos laranjais. Tanto que as pessoas que destruíram a natureza são ricas, e a população caiçara, responsável pela floresta estar de pé, é pobre.

Quais são as consequências da expulsão dos pescadores artesanais de seus locais de origem?

Os conflitos serão insolvíveis. É preciso resolver o problema das populações nativas. Veja o caso da Jureia, onde até hoje existe briga. Os pescadores foram transferidos para a periferia e se transformaram em subempregados.

A população caiçara compreende quantas pessoas atualmente?

Eu mesmo tentei fazer uma estimativa desde o litoral paranaense até as portas da cidade do Rio de Janeiro. Hoje, não passam de 80 mil pessoas, um número muito baixo em relação ao que era antes. É um terço do que tinha no começo do começo do século 20. Eles foram muito massacrados.

Anexo 2.

Reportagem no Jornal A Tribuna de Santos do dia 11/08/2013 sobre o Projeto Viva o Bairro, que promete a reurbanização de toda vila caiçara da Ilha Diana através de uma parceria entre o grupo Coimex e prefeitura de Santos.



Anexo 3.

REPORTAGEM NA COLUNA ON-LINE DA EMBRAPORT DE 26/12/2008.
“CRIANÇAS DA ILHA DIANA GANHAM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL”

Disponível em: www.terminalembrapot.com.br/por/acessoriedadeimprensa



O mês de janeiro foi marcado por grandes mudanças na vida dos moradores da Ilha Diana.

Durante as férias escolares, as crianças da ilha brincaram e aprenderam nas manhãs de terças e quintas com a bióloga Silvia Castro. A iniciativa batizada de Eco férias foi um programa de educação ambiental promovido pela Embraport para os pequenos de três a dezesseis anos.

“Sem dúvida, as sementes que lançamos em solo tão fértil que são as crianças, nos dá a certeza de que colheremos adultos mais conscientes com a preservação do meio ambiente”, afirma Regina Tonelli, gerente da Qualidade, Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente da EMBRAPORT.

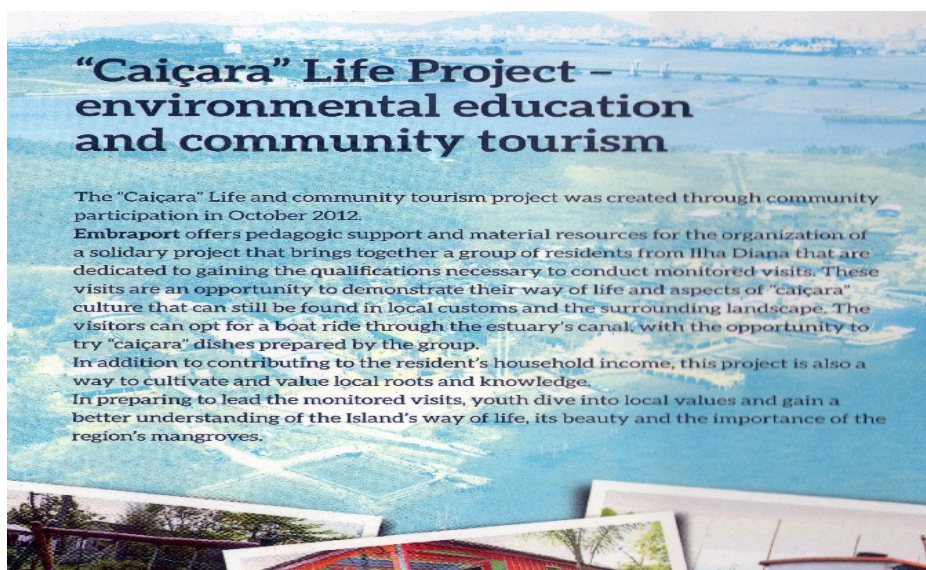
Os encontros foram realizados entre os dias 08 de janeiro e 1º de fevereiro. Foi exatamente neste período que moradores da Ilha Diana acompanharam a instalação da nova linha de energia elétrica. Antes, as 50 famílias recebiam energia elétrica, cedida pela CODESP, por meio de um cabo instalado há mais 30 anos. Por ser antigo, e pelo fato de não atender a demanda atual da população, o cabo provocava uma degradação na qualidade da energia, provocando oscilações e a queima de eletrodomésticos.

O Mangue é um ecossistema típico de áreas costeiras alagadas em regiões de clima tropical ou subtropical. É considerado um dos ambientes naturais mais produtivos do Brasil devido às grandes populações de crustáceos, peixes e moluscos existentes.

É no mangue que peixes, moluscos e crustáceos encontram as condições ideais para reprodução, berçário, criadouro e abrigo para várias espécies de fauna aquática e terrestre, de valor ecológico e econômico. Seu solo é bastante rico em nutrientes e matéria orgânica com características lodosas e, composto por raízes e material vegetal parcialmente decomposto (turfa). Preserve o mangue e conserve-o sempre limpo!

Anexo 4.

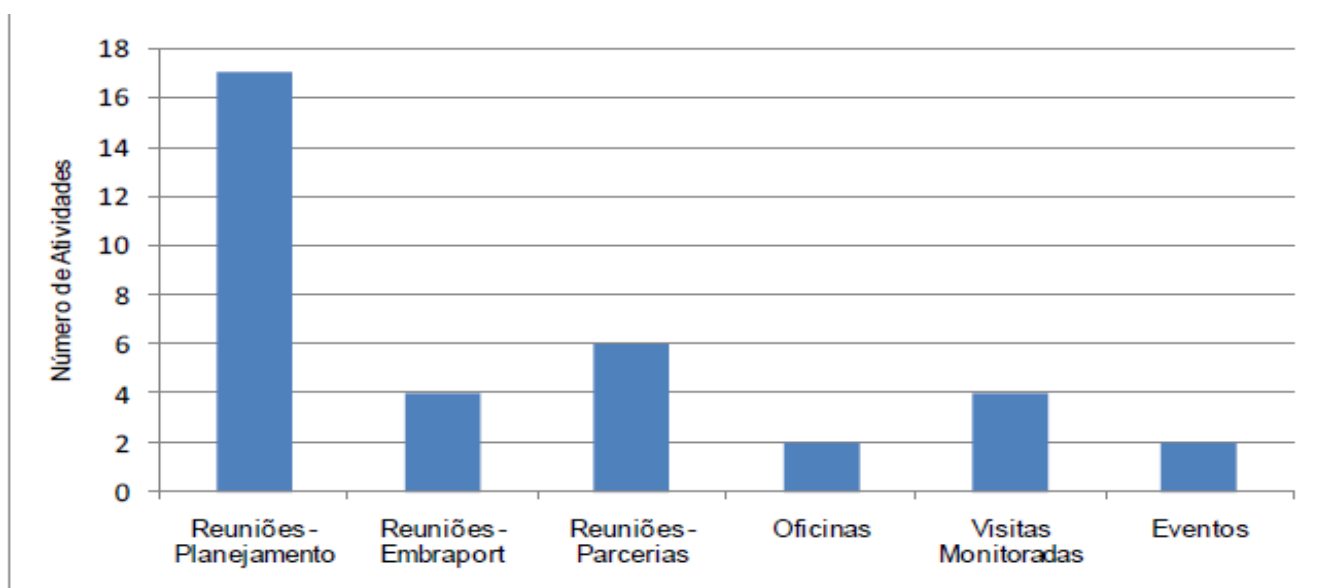
Folder de divulgação do “Projeto Vida Caiçara: Educação Ambiental e Turismo Comunitário” na Ilha Diana. Folder adquirido pelos pesquisadores na Associação da Sociedade Melhoramentos da Ilha Diana em Maio de 2014.



Anexo 5.

Cronograma e ações do Programa de Educação Ambiental (PEA).

Ações	Meses														
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
Abordagem inicial															
Apresentação da proposta															
Oficinas, palestras, cursos															
Contato com outras experiências															
Planejamento participativo															
Criação de marca e identidade															
Contatos institucionais															
Encontro interinstitucional															
Oficina de monitoramento															
Avaliação final com o grupo															



Anexo 6.

REPORTAGEM DO DIA 15/05/2014 NO JORNAL DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SANTOS SOBRE A CULTURA CAIÇARA DA ILHA DIANA E ROTEIROS TURÍSTICOS E CULTURAIS NA VILA.

24 | Diário Oficial de Santos | www.santos.sp.gov.br | 15 de maio de 2014

Ilha Diana é nova opção do ecoturismo e gastronomia

Decididos a reforçar a vocação turística da Ilha Diana, moradores da pequena vila na Área Continental organizam passeios monitorados e se especializam em pratos de culinária caiçara

Ecoturismo e gastronomia. É com esta mistura que a comunidade da Ilha Diana pretende 'fiscar' os turistas e os santistas que ainda não conhecem seus encantos. Os moradores da pequena vila de pescadores, na Área Continental, estão preparando passeios monitorados ao local, um recanto exótico e repleto de beleza naturais.

Partindo do atracadou-

ro atrás do prédio da Alfândega, no Centro Histórico, os visitantes podem avistar durante o trajeto, de aproximadamente 30 minutos, o porto e o Monte Serrat. É possível também admirar aves e peixes pelo acesso à ilha. Na chegada, são recepcionados com café da manhã e, em seguida, tem início a visita monitorada.

No tour pela comunidade, os visitantes po-

dem conhecer um refúgio tipicamente caiçara: tranquilidade, construções simples, vasta vegetação, ausência de elementos urbanos e costumes preservados, como a confecção artesanal de redes para pesca. A visita segue com um passeio pelo Rio Diana.

A bordo de uma pequena embarcação, os passageiros podem observar a flora, onde predominam

os mangues branco e vermelho, e uma infinidade de caranguejos, peixes, moluscos, aves e mamíferos. É possível também acompanhar a extração de mariscos, realizada pelos próprios moradores.

O passeio termina na hora do almoço, quando os visitantes, de volta à ilha, saboreiam o melhor da comida caiçara, com pratos à base de pescados e ingredientes naturais.

SERVIÇO

• O passeio é feito apenas em grupos, com no mínimo 15 pessoas.

• O roteiro completo custa R\$ 75,00 por pessoa, e inclui o café da manhã e almoço. Bebidas e sobremesas são cobradas à parte. Crianças até 5 anos não pagam.

• As reservas podem ser feitas pelos telefones 99741-8690 (Patrícia) ou 99757-6725 (Grasiela).

Renomado chef de cozinha capacita comunidade

Um turista que visita Salvador deseja experimentar o acarajé; o que vai à Minas quer comer feijão tropeiro; já aquele que vai a Goiás se serve de arroz com pequi. E em Santos, o que o turista desejaria degustar? A resposta está na ponta da língua do chef Eudes Assis: culinária caiçara! Com esta convicção, o renomado cozinheiro desembarcou na Ilha Diana anteontem para passar um pouco de suas técnicas a um grupo de moradores.

No centro comunitário, Assis contou um pouco de sua história: a trajetória de um lavador de

pratos de Boiçucanga, que estudou gastronomia na França, até cozinhar no El Bulli, na Espanha, considerado o melhor restaurante do mundo por quatro anos consecutivos. Atualmente, Eudes vem ganhando cada vez mais destaque no Brasil e no exterior por usar em seus pratos elementos da culinária caiçara. "Tem tudo a ver com a Ilha Diana. Além dos ingredientes naturais, os pratos representam a nossa identidade".

MÃOS À OBRA

Após a palestra, todos foram à cozinha para preparar peixe azul-marinho, bolinho de talo-ba, arroz lambe-lambe e pirão de banana verde. Os pratos fazem parte do cardápio oferecido nas visitas monitoradas. A iniciativa tem apoio da prefeitura, Senac, Grupo Mendes e Embraport.

Eudes Assis demonstra preparação de mariscos

Alunos fizeram prato de peixe, arroz lambe-lambe e pirão

Para o chef, oferta de CULINÁRIA CAIÇARA na ilha reforça IDENTIDADE da COMUNIDADE

A história do chef Eudes Assis é uma inspiração para todos nós, pois a origem dele é exatamente igual a nossa!

Silvia Helena de Souza Lima, pescadora, 49 anos

As dicas que recebemos hoje vão deixar os pratos ainda mais gostosos. Os visitantes vão adorar!

Sidnei Fernandes, pescador, 49 anos, único homem no grupo de monitoria a participar da oficina